



Tribunal de Justiça do Espírito Santo

# Relatório de Gestão

Biênio 2012-2013

Tribunal de Justiça do Espírito Santo

# Relatório de Gestão

Biênio 2012-2013

# DEDICATÓRIA

*“Dedicamos cada obra, cada inovação, cada trabalho aqui desenvolvido ao povo brasileiro que, pelas ruas, nos pede simplesmente Justiça”.*

Com os cumprimentos

**Desembargador Pedro Valls Feu Rosa**

*Presidente*

# MESA DIRETORA



**Desembargador Carlos Roberto Mignone**  
VICE - PRESIDENTE



**Desembargador Pedro Valls Feu Rosa**  
PRESIDENTE



**Desembargador Carlos Henrique Rios do Amaral**  
CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA

# DESEMBARGADORES APOSENTADOS DURANTE O BIÊNIO 2012 - 2013



**Desembargador  
Arnaldo Santos Souza**

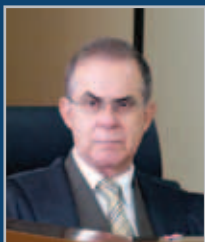


**Desembargador  
Maurílio Almeida de Abreu**

# COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL PLENO BIÊNIO 2012-2013



Desembargador  
Adalto Dias Tristão



Desembargador  
Manoel Alves Rabelo



Desembargador  
Pedro Valls Feu Rosa



Desembargador  
Sergio Bizzotto Pessoa de Mendonça



Desembargador  
Alvaro Manoel Rosindo Bourguignon



Desembargador  
Annibal de Rezende Lima



Desembargador  
Sergio Luiz Teixeira Gama



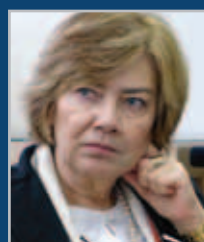
Desembargador  
Carlos Henrique Rios do Amaral



Desembargador  
José Luiz Barreto Vivas



Desembargador  
Carlos Roberto Mignone



Desembargadora  
Catharina Maria Novaes Barcellos



Desembargador  
Ronaldo Gonçalves de Sousa



Desembargador  
Fabio Clem de Oliveira

# COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL PLENO BIÊNIO 2012-2013



Desembargador  
Samuel Meira Brasil Junior



Desembargador  
Ney Batista Coutinho



Desembargador  
José Paulo Calmon Nogueira da Gama



Desembargador  
Carlos Simões Fonseca



Desembargador  
Namyr Carlos de Souza Filho



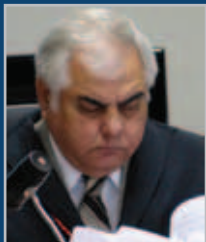
Desembargador  
William Couto Gonçalves



Desembargador  
Dair José Bregunze de Oliveira



Desembargador  
Telêmaco Antunes de Abreu Filho



Desembargador  
Roberto da Fonseca Araújo



Desembargador  
Willian Silva



Desembargadora  
Eliana Junqueira Munhós Ferreira



Desembargadora Convocada  
Janete Vargas



Desembargador Convocado  
Jorge Henrique Valle dos Santos

# EQUIPE DE TRABALHO





# EQUIPE DE TRABALHO DURANTE O BIÊNIO 2012 - 2013

## SECRETARIA GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

José de Magalhães Neto

## SUB-SECRETARIA GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Terezinha Laghi Laranja

## JUÍZES ASSESSORES DA PRESIDÊNCIA

Marcos Horácio Miranda

Paulino José Lourenço

## CHEFIA DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Bruno Alves de Souza Toledo

Katharine Maia dos Santos

## APOIO DA PRESIDÊNCIA

Suely Marilac de Melo Gomes e Silva

Antônio Carlos Gomes da Costa

Guilherme Valadão Perdigão

João Mariano Filho

Melina Miglio Navarro

Paola de Aquino Brettas Santos

Priscyla Maria Avidos Pelissari

## ASSESSORIA ESPECIAL DA PRESIDÊNCIA

André Monjardim Valls Picin

Josiel Pampolini da Silva

Maria Tereza Vasconcellos do Valle

Patrícia Madeira Abad

Renata Capelini Soares

Paula Almeida de Carvalho

## ASSESSORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

Anne Miranda Pascoal Brown

Aureliano Luiz Macedo Rocha

Cristina Fracalossi Barbieri

Gustavo Pimentel

Saymon de Oliveira Cavalcante

Suzana Martelo de Carvalho

Sandro Jabour de Araújo

Thomás Miranda Gonçalves Soares

## CENTRAL DE CONCILIAÇÃO DE PRECATÓRIOS

### JUÍZES CONCILIADORES

Izaías Eduardo da Silva

Rodrigo Cardoso Freitas

## COMITÊ ESTADUAL DE PRECATÓRIOS

### JUÍZES AUXILIARES DE PRECATÓRIOS

Izaías Eduardo da Silva

Rodrigo Cardoso Freitas

Luís Eduardo Soares Fontenelle

Andréa Carla Zani

(TRT 17ª Região)

Fernando César Baptista de Mattos

(TRF 2ª Região)

José Eduardo do Nascimento

## COMITÊ GESTOR DAS CONTAS ESPECIAIS DE PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS

Izaías Eduardo da Silva

Ricarlos Almagro Vitoriano Cunha

(TRF 2ª Região)

Fábio Eduardo Bonisson Paixão

(TRT 17ª Região)

### SUPELNTES

Rodrigo Cardoso Freitas

Fernando César Baptista de Mattos

(TRF 2ª Região)

Andréa Carla Zani

(TRT 17ª Região)

ASSESSORIA DE CERIMONIAL E RELAÇÕES PÚBLICAS

João Batista de Souza

ASSESSORIA DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Ana Paula Garcia Barros

ASSESSORIA DE PRECATÓRIO

Pedro Pissarra Barbosa

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
ESTRATÉGICA

Adriano Vieira Spessimilli

Maria Elysa Gonçalves de Souza

ESCOLA DA MAGISTRATURA

Izabella Dalla Sily Casagrande

Mariana Santos de Queiroz Araújo

ASSESSORIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Eduardo da Silva Ferreira

SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Daniela Lordelo Colnago

COORDENADORIA DE AUDITORIA DA SECRETARIA DE  
CONTROLE INTERNO

Carla Zambi Meirelles

COORDENADORIA DE ACOMPANHAMENTO E GESTÃO DA  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Simone Caliman Rangel

SECRETARIA JUDICIÁRIA

Michelly Ribeiro de Lima

COORDENADORIA DE PROTOCOLO, REGISTRO, PREPARO E  
DISTRIBUIÇÃO

Karla di Marcello Valladão Lugon

COORDENADORIA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO DOCUMENTAL

Fábio Buaiz de Lima

COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA

Danilza Pina Bernardes

SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Ronney Brunelli Dutra

COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO

Filipe Gomes Lima

COORDENADORIA DE SUPORTE E MANUTENÇÃO

João Paulo Siqueira do Nascimento

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

José Adriano Pereira

COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS

Cintia Varejão Ribeiro de Freitas

COORDENADORIA DE PAGAMENTO DE PESSOAL

Katia Santos Cardoso de Mendonça

COORDENADORIA DE SERVIÇOS PSICOSSOCIAIS E DE SAÚDE

Maria Helena Penedo Sardemberg

SECRETARIA DE ENGENHARIA E PROJETOS

Cláudia Ribeiro Mendes Fonseca

COORDENADORIA DE PROJETOS

Vanessa Azevedo

COORDENADORIA DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS

Erica Crevelin Valentim

COORDENADORIA DE GESTÃO PREDIAL E MANUTENÇÃO DE  
EQUIPAMENTOS

Francisco Simonassi Neto

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Fernando Antonio Gianordoli Teixeira

COORDENADORIA DE SUPRIMENTO E CONTROLE  
PATRIMONIAL

Anderson Richa

COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS

Paulo Carvalho Jorge

COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS

Sandra Carvalho Moreira Força

SECRETARIA DE FINANÇAS E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Valéria Cavati Ribeiro de Freitas

COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Soneide de Almeida Santos

COORDENADORIA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Fábio Cardoso Melo

COORDENADORIA DAS VARAS CRIMINAIS E DE EXECUÇÕES PENAIS

SUPERVISÃO

Desembargador José Paulo Calmon Nogueira da Gama

COORDENAÇÃO

Juiz Marcelo Menezes Loureiro

Juíza Elza Maria de Oliveira Ximenes

COORDENADORIA DAS VARAS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

SUPERVISÃO

Desembargadora Catharina Maria Novaes Barcellos

COORDENAÇÃO

Juíza Janete Pantaleão Alves

COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E

CRIMINAIS

SUPERVISÃO

Desembargador Sergio Luiz Teixeira Gama

COORDENAÇÃO

Juiz Daniel Peçanha Moreira

Juíza Gisele Onigkeit

COORDENADORIA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

COORDENAÇÃO

Juíza Hermínia Maria Silveira Azoury

NÚCLEO DE COMISSÕES

COORDENAÇÃO

Luciana Ferreira de Carvalho Mattos Loureiro

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À TORTURA

PRESIDÊNCIA

Desembargador Willian Silva

MEMBROS

Juiz Grécio Nogueira Grégio - TJES

Juiz Eliazer Costa Vieira - TJES

Dr. Sérgio Alves Pereira (Secretaria de Estado da Justiça)

Dra. Verônica Cunha Bezerra (OAB/ES)

Professor Ms. Júlio Pompeu (UFES)

Dr. Bruno Pereira do Nascimento (Defensoria Pública/ES)

Dr. Ademir Torres (Movimento Nacional dos Direitos Humanos)

Dr. Gilmar Ferreira de Oliveira (Conselho Estadual dos Direitos Humanos)

GRUPO INTERINSTITUCIONAL DE TRABALHO EM SEGURANÇA PÚBLICA

PRESIDÊNCIA

Desembargador Telêmaco Antunes de Abreu Filho

MEMBROS

Juíza Hermínia Maria Silveira Azoury

Juiz Eliazer Costa Vieira

Dr. Sócrates de Souza (Ministério Público/ES)

Dr. André de Albuquerque Garcia (Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social)

Dr. Erivelton Leão de Oliveira (Polícia Federal)

Inspetor Argeu José Vieira Frittoli Rangel (Polícia Rodoviária Federal)

COMITÊ EXECUTIVO DO FÓRUM NACIONAL DA SAÚDE NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

COORDENAÇÃO

Juíza Marianne Júdice de Mattos

Juiz Paulo César de Carvalho

MEMBROS

Juiz Jorge Henrique Valle dos Santos

Juíza Isabela Rossi Nauman

Dra. Maria Auxiliadora Freire Machado (Ministério Público/ES)

Dr. Daniel Mazzoni (Procuradoria Geral do Estado)

Dr. Vinicius Chaves de Araújo (Defensoria Pública/ES)

Dr. Roberto Gil Leal (Justiça Federal)

Dr. André Carlos Pimentel de Amorim Filho (Ministério Público Federal)

Dr. Ludmylla Mariana Anselmo (Defensoria Pública da União)

Dr. Francisco José Dias da Silva (Secretaria de Estado da Saúde)

Dr. Joana D'Arc Victoria Barros De Jaegher (Secretaria Municipal de Saúde de Vila Velha)

Dr. Oswaldo Luiz Pavan Júnior (Conselho Regional de Medicina)

Dr. Ricardo Castro Ramos (Agência Nacional de Saúde)

Dr. Alexandre Augusto Rusch Filho (Federação das Unimeds do Espírito Santo)

COMISSÃO DE ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO E À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

PRESIDÊNCIA

Desembargador William Couto Gonçalves

MEMBROS

Juíza Marlúcia Ferraz Moulin

Juiz Felipe Monteiro Morgado Horta

Dr. Sérgio Dario Machado (Ministério Público Estadual)

Dr. Délio Prates (Ordem dos Advogados do Brasil)

COMISSÃO DE ENFRENTAMENTO AOS CRIMES DE MANDO E DE PISTOLAGEM

PRESIDÊNCIA

Desembargador Telêmaco Antunes de Abreu Filho

MEMBROS

Juiz Luiz Guilherme Risso

Juiz Fernando Fraguas Esteves

Dr. Sócrates de Souza (Ministério Público/ES)

Gilmar Ferreira de Oliveira (Conselho Estadual dos Direitos Humanos)

COMISSÃO DE ENFRENTAMENTO AOS CRIMES SEXUAIS PRATICADOS CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE

PRESIDÊNCIA

Desembargador Pedro Valls Feu Rosa

MEMBROS

Juíza Heloísa Cariello

Juiz Marcos Horácio Miranda

Dra. Patrícia Calmon (Ministério Público/ES)

Padre Xavier Paolilo (Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente)

GRUPO DE TRABALHO INTERINSTITUCIONAL - CRIAÇÃO DE SERVIÇO INTEGRADO DE ATENDIMENTO INICIAL À PRISÃO EM FLAGRANTE

PRESIDÊNCIA

Desembargador José Paulo Calmon Nogueira da Gama

MEMBROS

Juíza Sayonara Couto Bittencourt

Dr. Sérgio Almeida de Mello (Polícia Civil)

Tenente Coronel Sérgio Ferreira Pereira (Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social)

Dr. Paulo Panaro Figueira Filho (Ministério Público/ES)

Dr. Humberto Carlos Nunes (Defensoria Pública/ES)

Dr. Leonardo Salles de Sá (Defensoria Pública/ES)

Dr. Ulisses Reisen de Oliveira (Secretaria de Justiça)

GRUPO DE TRABALHO EM CUMPRIMENTO À RESOLUÇÃO Nº 137 DO CNJ (BANCO NACIONAL DE MANDADOS DE PRISÃO)

COORDENAÇÃO

Juiz Marcelo Menezes Loureiro

MEMBROS

Juiz Ezequiel Turibio

Juíza Gisele Souza de Oliveira

Juiz Luciano Costa Bragatto

GRUPO DE TRABALHO PARA DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO DA LEI 12714/12

PRESIDENTE

Desembargador José Paulo Calmon Nogueira da Gama

MEMBROS

Juíza Sayonara Couto Bittencourt

Dr. Sérgio Almeida de Mello (Polícia Civil)

Tenente Coronel Sérgio Ferreira Pereira (Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social)

Dr. Paulo Panaro Figueira Filho (Ministério Público/ES)

Dr. Humberto Carlos Nunes (Defensoria Pública/ES)

Dr. Leonardo Salles de Sá (Defensoria Pública/ES)

Dr. Ulisses Reisen de Oliveira (Secretaria de Estado da Justiça)

# 1 - Institucional

RELATÓRIO DE GESTÃO BIÊNIO 2012-2013

# Direitos Humanos

# Tortura

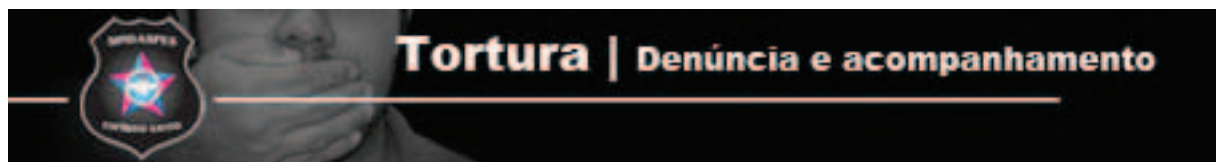
Por décadas, a sociedade civil denunciou a falência do sistema prisional e socioeducativo do Estado. A política de encarceramento em massa vai de encontro aos crimes de maus tratos, tortura, superlotação e ausência de programas de recuperação dos internos.

Em atenção à esta dura realidade, a presidência do Tribunal de Justiça do Espírito Santo colocou como um dos seus eixos de atuação, o desenvolvimento de mecanismos de combate à tortura.

Neste sentido duas ações foram destaques: a instituição de uma comissão de trabalho para fazer o levantamento de casos existentes no Estado; em parceria com o Sindicato dos Agentes do Sistema Penitenciário do Espírito Santo foi implantado o “Torturômetro”, um instrumento que contabiliza o quantitativo de denúncias de casos de tortura, além de permitir o acompanhamento do andamento dos casos.

O “Torturômetro” só contabiliza denúncias que se adequam à Lei de Tortura (9.455/97). A maioria dos casos se refere a abusos por parte de agentes penitenciários. Os denunciantes são mães, amigos e até alguns agentes.

Um clique no banner do torturômetro abre um formulário para que a denúncia seja feita. O anonimato é garantido, mas quanto mais informações são fornecidas, melhor para a busca dos culpados.



# Violência contra a Mulher

Duas ações realizadas pelo Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) com o objetivo de diminuir os índices de violência contra as mulheres e para fiscalizar o cumprimento de medidas protetivas ganharam repercussão nacional e até internacional. São elas:

## BOTÃO DO PÂNICO/ DISPOSITIVO DE SEGURANÇA PREVENTIVA

Mulheres que se sentem ameaçadas por ex-maridos, namorados ou companheiros passaram a contar, em meados de 2013, com um novo mecanismo de proteção: o Botão do Pânico. O dispositivo foi criado pelo Tribunal de Justiça do Espírito Santo e é executado em parceria com a Prefeitura de Vitória.

O objetivo é reduzir os altos índices de violência doméstica registrados na capital.

O equipamento foi distribuído a mulheres que estão sob medida protetiva da 11ª Vara Criminal de Vitória e pode ser acionado caso o agressor não mantenha a distância mínima garantida pela Lei Maria da Penha. Ele capta e grava a conversa num raio de até cinco metros. A gravação poderá ser utilizada como prova judicial.

O Botão do Pânico também dispara informações para a Central Integrada de Operações e Monitoramento (CIOM), com a localização exata da vítima, para que um carro da Patrulha Maria da Penha seja enviado ao local. Para garantir agilidade no atendimento ao pedido de proteção, a administração municipal disponibiliza viaturas da Guarda 24 horas.

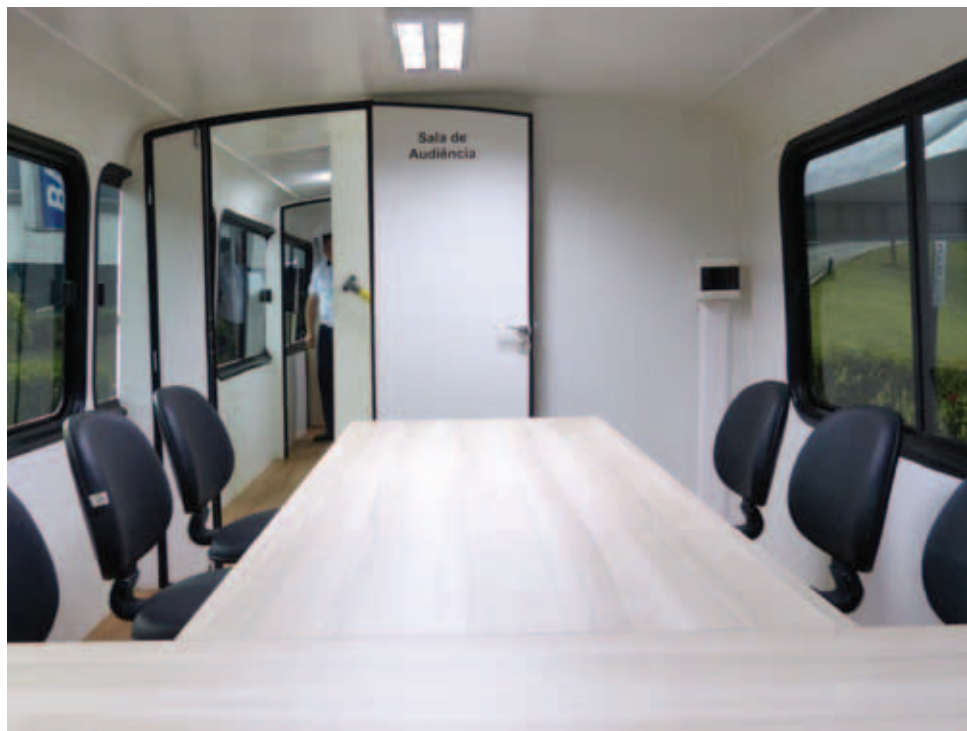




## JUIZADO ITINERANTE DA LEI MARIA DA PENHA

Ao lançar o Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha o presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, desembargador Pedro Valls Feu Rosa, assegurou que as instituições capixabas, com apoio do Governo Federal, estão dando mais um passo para prevenir e combater a violência contra mulheres.

O Juizado Itinerante funciona num ônibus, que percorre municípios do Estado onde não há Varas Especializadas de Violência Doméstica. A ação é desenvolvida com a presença de um juiz de Direito e membros do Ministério Público e da Defensoria Pública Estadual.



## Infância e Juventude

Em parceria com o governo do Estado e o Ministério Público foram implementadas ações de aperfeiçoamento do atendimento ao adolescente em confito com a lei, especialmente a regionalização dos serviços por meio dos Centros Integrados de Atendimento Socioeducativo - CIASE.

Utilizando o ônibus da Justiça Comunitária, o Poder Judiciário estabeleceu uma programação para julgar os processos dos adolescentes apreendidos em flagrante de ato infracional.

A medida foi tomada para desafogar a unidade superlotada de adolescentes que ainda não tinham sido julgados.



# Portal dos Direitos Humanos

O objetivo da criação do Portal é manter a população informada acerca das situações de violação aos direitos humanos e das medidas adotadas no sentido de combatê-las.

O desenvolvimento e hospedagem do Portal dos Direitos Humanos no site do TJES contém informações sobre a atuação do Conselho Estadual dos Direitos Humanos e o sistema de acompanhamento de denúncias sobre violações a esses direitos.

Além disso, compete ao Conselho Estadual de Direitos Humanos a realização da alimentação periódica do Portal com informações e andamento das denúncias e a responsabilização pelo conteúdo das informações divulgadas.

Acesse: <http://www.tjes.jus.br/portaldireitoshumanos/>

The screenshot displays the website of the Conselho Estadual dos Direitos Humanos do Espírito Santo. The header includes the organization's logo and name, along with a search bar. A navigation menu lists various sections: CAPA, SOBRE O CONSELHO, AÇÕES, FOTOS, NOTÍCIAS, AGENDA, PUBLICAÇÕES, REDE DH, ARTIGOS, and LEGISLAÇÃO. Below the menu, there is a main news article with a photo of a meeting. The article title is "Conselheiros mantêm atual presidente e vice à frente do Conselho Estadual de Direitos Humanos". The text mentions Gilmar Ferreira, reconduzido à presidência do CEDH, and that he will demand a Plan and a Program of Education in Human Rights. Below the article, there is a poll titled "ENQUETE" asking "O que acha do novo Portal do CEDH ES?". The poll shows two options: "Muito bom - 10%" and "Bom - 80%".

## Revista Vexatória

O Tribunal de Justiça do Espírito Santo, durante o Biênio 2012 -2013, instituiu em 17 de agosto de 2012, o Ato Normativo 96/2012 que determinou aos juízes a fiscalização, coibição e relato de violações durante as revistas nas unidades prisionais e de internação social, nos atos de revista que obriguem visitante a se despir, ficar agachado, dar saltos, submeter-se a exames invasivos ou que importem em ofensa à sua dignidade humana, oportunidade em que passou a ser proibida a utilização da chamada revista vexatória, em acordo com os parâmetros fixados pela Organização das Nações Unidas (ONU), Organização dos Estados Americanos (OEA) e Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Em dezembro de 2012, o Poder Executivo baixou a Portaria nº 1578-S, estabelecendo diretrizes e procedimentos para realização de revista em visitantes dos estabelecimentos prisionais ligados à Secretaria do Estado da Justiça (Sejus) em observância à Resolução nº 09/2006 do CNJ.



# Justiça das Vítimas

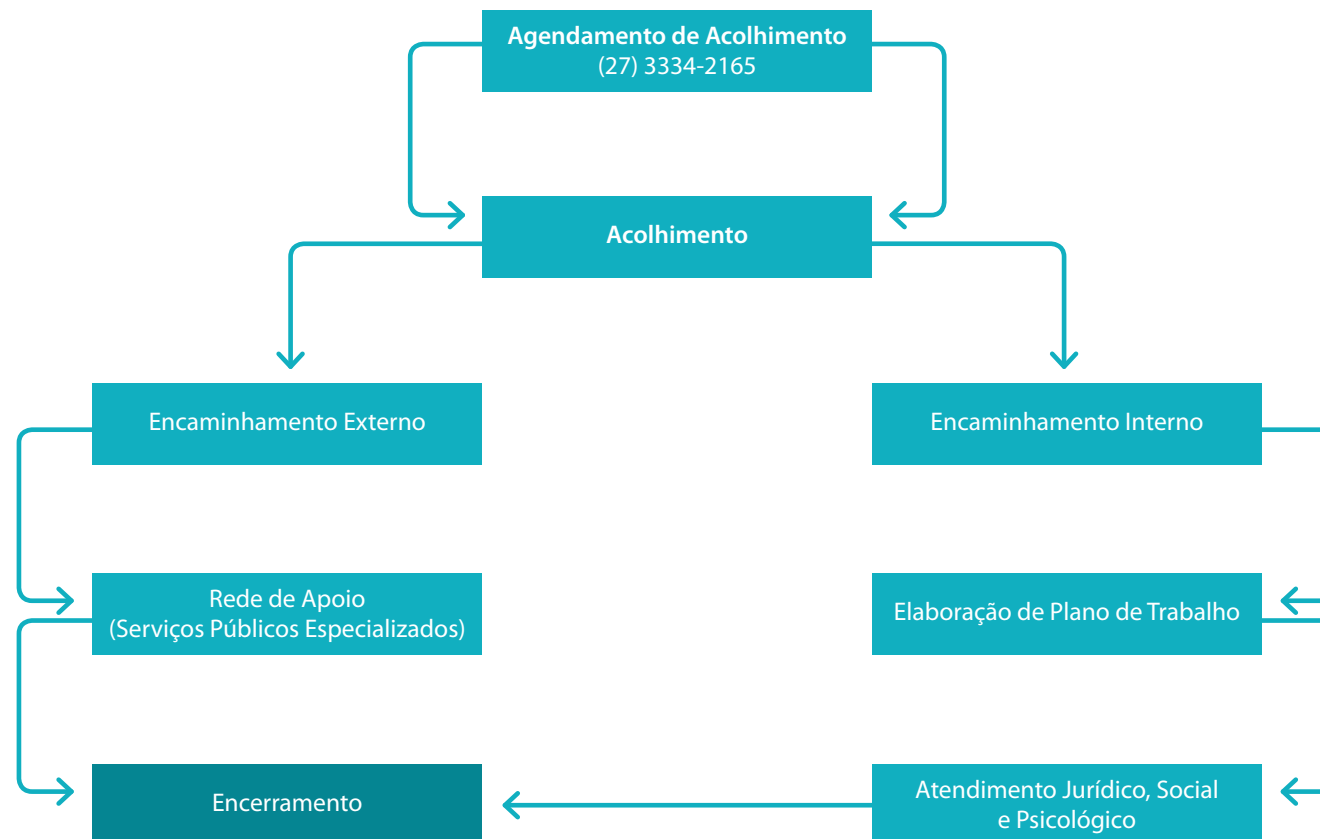
O Tribunal de Justiça do Espírito Santo idealizou o Programa Justiça das Vítimas que visa proporcionar às pessoas atingidas pela violência e aos seus familiares atendimento especializado por meio de intervenções psicológicas, sociais e jurídicas, a fim de contribuir para a superação dos danos causados pela agressão, bem como para sua prevenção.

Os atendimentos são sigilosos e podem ser realizados de maneira individual, familiar ou em grupo.

## PRINCIPAIS OBJETIVOS

Identificar, compreender, acolher e garantir o acesso à justiça e aos direitos humanos a todas as vítimas atendidas.

## Fluxograma



# Seminário Internacional Justiça e Direitos Humanos

Em novembro de 2012 o Tribunal de Justiça do Espírito Santo realizou o Seminário Internacional Justiça e Direitos Humanos. O evento reuniu algumas das mais importantes autoridades do mundo jurídico e defensores dos direitos humanos, juristas, psicólogos, assistentes sociais de todo o País.

A temática dos direitos infantis e juvenis não ficou de fora do evento já que, um dos palestrantes foi o presidente do Comitê da Organização das Nações Unidas para os Direitos das Crianças e dos Adolescentes, Jean Zermatten. Também participou a juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), Ana Maria Gonçalves Louzada que abordou a questão do direito homoafetivo.

Outro palestrante de referência no mundo jurídico foi o argentino Ricardo Rabinovich-Berkmann que é um dos intelectuais latino-americanos mais requisitados para conferências, discutindo as questões filosófico-jurídicas. No seminário Berkmann falou sobre “Desenvolvimento, Direito e Direitos Humanos”.

O presidente da Comissão de Enfrentamento à Tortura do Tribunal, desembargador Willian Silva, também participou ativamente dos trabalhos e levou a público questões relacionadas ao combate à tortura.

A palestra de encerramento do evento contou com a fala do procurador da República, Francesco Greco, que atua na Procuradoria Regional de Milão, na Itália. O tema dele foi “O Papel do Poder Judiciário no Combate à Corrupção”.



Transparência

# Painéis da Transparência

Inaugurado no dia 15 de dezembro, durante a posse da Mesa Diretora - Biênio 2012 - 2013, o Painel da Transparência é uma ferramenta de aproximação do cidadão com o PJES.

Iniciativa inédita em uma corte judiciária brasileira, os painéis contêm informações detalhadas sobre o andamento de ações, o nome do juiz responsável e o número de dias que o processo foi aberto.



Os painéis dos processos dos casos de tortura, execução fiscal, crimes de trânsito e improbidade administrativa ficam localizados no andar térreo do Palácio da Justiça. No Portal do TJES também é possível conferir as informações dos Painéis da Transparência.



# Comunicação

Com uma gestão que buscou meios eficazes para aproximar a população do Poder Judiciário, a expansão dos trabalhos da TV Justiça Espírito Santo, transmitida no Canal 25 da RCA, a produção do jornal institucional “Justiça nas Ruas” e o novo layout do Portal do TJES só vieram somar esforços no fortalecimento e na valorização da magistratura capixaba.

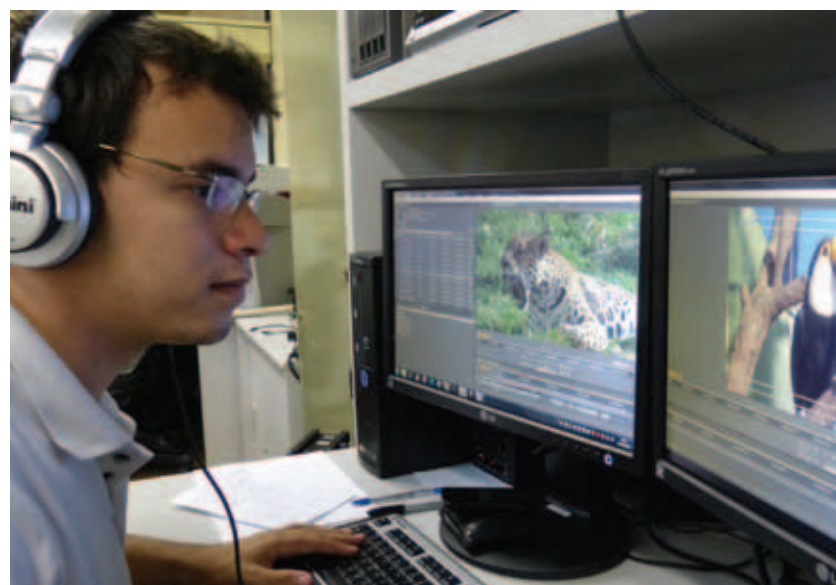
A maciça divulgação de decisões emitidas pelos Magistrados contribuiu para o cidadão acompanhar de forma rápida e simples as ações desenvolvidas em todo o Poder Judiciário.



2010/2011



2012/2013



## Jornal Justiça nas Ruas

O jornal “Justiça nas Ruas” foi uma ferramenta para intensificar o diálogo dos membros do Judiciário capixaba com a população. Num layout desenvolvido para estimular a leitura, esse veículo de comunicação do Judiciário retratou o dia-a-dia de todo o sistema da justiça capixaba.

A publicação e a distribuição contaram com a atuação de uma rede de parceiros composta por associações de moradores, lideranças comunitárias, sindicatos, organizações não governamentais, fóruns, dentre outros.



A publicação e a distribuição conta com a atuação de uma ampla rede de parceiros. Foram distribuídos 30.000 mil exemplares em 2012.

## Outras Ações

### Banner Nossos Problemas

Descritivo de algumas dentre tantas deficiências encontradas no Poder Judiciário com os devidos esclarecimentos e as soluções adotadas.



### “Por onde Anda”

Descrição dos crimes com disponibilização de link direto para a tramitação processual. Todos os assassinatos relacionados ocorreram a partir de 1999.



### Pautas do Júri

Relação mensal de todos os júris que foram colocados na pauta de julgamento.



# Democratização e Acesso à Justiça

# Fórum Justiça e Sociedade

Num importante passo de abertura do Poder Judiciário à população, o Tribunal de Justiça do Espírito Santo instalou o Fórum Permanente de Diálogo Justiça e Sociedade, que reúne mais de 30 entidades da sociedade civil organizada para discutir, mensalmente, as questões que envolvem interesses sociais e a participação da Justiça em sua resolução.

Os representantes das entidades se dividiram em subcomissões temáticas, para abordar as seguintes questões:

Ações de interesse coletivo; violência doméstica; adolescente em conflito com a lei; atendimento do Judiciário/relação com juízes; criminalidade; exter-

mínio da juventude negra; homofobia; efetividade dos sistemas de controle; combate à corrupção; advocacia pública; crime organizado e Judiciário; sistema prisional e ressocialização; acesso a medicamentos (saúde); acesso à informação; direito à alimentação; legalização de entidades da sociedade civil e metodologia do Fórum.



# Audiências Públicas

## Lei de Execução Penal

Em 2012, audiência pública realizada no Palácio da Justiça contribuiu para a elaboração da vanguardista Lei de Execuções Penais do Espírito Santo, cujo projeto foi fruto do trabalho do Grupo Interinstitucional – presidido pelo desembargador José Paulo Calmon Nogueira da Gama – composto pelo Judiciário, Governo do Estado, Ministério Público, Conselho Estadual dos Direitos Humanos e Universidade Federal do Espírito Santo, ao longo de sete meses. A minuta foi levada ao debate público, quando foram colhidas novas sugestões, que consolidaram o texto aprovado pela Assembleia Legislativa.

## Saúde

Por determinação do Juízo da 2ª Vara da Fazenda Pública Estadual, em agosto de 2012, foi realizada uma audiência pública para discutir a situação do sistema de saúde pública do Espírito Santo.

Cerca de 300 pessoas participaram da audiência que contou com a presença de membros do Judiciário, do MPES, representantes de órgãos públicos e entidades envolvidos com a temática da saúde de todo o Estado.

De acordo com Núcleo de Estatísticas do TJES, existem cerca de 5 mil processos relacionados a demandas de usuários da saúde pública tramitando na Justiça capixaba.

## APAC

Autoridades e lideranças comunitárias, políticas e religiosas aprovaram a implantação do modelo Apac - Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - no município de São Mateus após a realização de audiência pública promovida pelo Tribunal de Justiça do Espírito Santo e pelo Conselho da Comunidade do município.

Irupi, na região do Caparaó, também teve uma audiência pública para tratar da implantação do modelo Apac na região.



# Orçamento Participativo

O Orçamento Participativo do Judiciário é elaborado a partir de audiências públicas e faz parte das ações desenvolvidas pela Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica. O objetivo das reuniões é democratizar o processo de construção da proposta orçamentária do Poder Judiciário. A participação dos diversos atores interessados trouxe mais legitimidade para as decisões de alocação de recursos e criou um fórum de diálogo entre os cidadãos e o Poder Público.

No biênio 2012/2013 as audiências públicas foram concluídas dentro do cronograma estabelecido. A participação crescente de servidores, magistrados e, principalmente, de cidadãos nos eventos organizados, permitiu identificar as demandas locais de forma mais precisa e foi um símbolo do êxito do Projeto.

Após a realização das audiências, as demandas de cada um dos eventos organizados foram compiladas e serviram de subsídio para a elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA).

Em 2012, durante a elaboração para o orçamento participativo de 2013, foram realizadas cinco audiências: duas no Sul do Estado (Venda Nova do Imigrante e Cachoeiro de Itapemirim); duas no Norte (Linhares e Colatina); e uma audiência na região metropolitana (Vitória).

Em 2013, as audiências de preparação do orçamento participativo para 2014, acompanharam o Projeto Caravana da Justiça, que englobou nove regiões judiciárias: Mimoso do Sul, Cachoeiro de Itapemirim, Anchieta, Venda Nova do Imigrante, Colatina, Linhares, São Mateus e Nova Venécia, além de Vitória.



# Caravana da Justiça

Caravana da Justiça é um projeto do TJES, com apoio do Ministério Público Estadual, Defensoria Pública e Prefeituras municipais, que percorreu nove regiões do Estado, para realizar mutirões de conciliações e reuniões que discutiram o orçamento participativo de 2014.

Mais de 2 mil pessoas foram atendidas pelo Projeto Caravana da Justiça durante quase 30 dias de realização dos trabalhos em regiões judiciárias de Norte a Sul do Estado.

Foram realizadas audiências de conciliação em 655 processos, alcançando, aproximadamente, 1.186 pessoas como partes interessadas e um índice de acordos de 45%.

A Caravana da Justiça passou por: Mimoso do Sul, Cachoeiro de Itapemirim, Anchieta, Venda Nova do Imigrante, Colatina, Linhares, São Mateus e Nova Venécia.

A implementação do Projeto possibilitou à Assessoria de Orçamento e Planejamento ampliar o alcance do orçamento participativo para 2014. Se no modelo anterior, de assembleias, a equipe visitava somente as grandes comarcas, em 2013, o grupo técnico da Assessoria esteve em mais de 30 comarcas de todo o Estado.

Tabelas. Dados Estatísticos Caravana da Justiça 2013

Data	Sedes	Nº Audiências	Área Cível	Área Criminal	Área Família	Total de acordos
17a 21/06	Mimoso e Cachoeiro do Itapemirim	186	79%	16%	5%	27%
24 a 28/06	Anchieta e Venda Nova do Imigrante	176	40%	30%	30%	59%
01 a 05/07	Colatina e Linhares	224	52%	31%	18%	54%
08 a 12/07	São Mateus e Nova Venécia	69	74%	12%	14%	38%
	<b>TOTAL</b>	<b>655</b>				

\* As listagens nominais das pessoas atendidas encontram-se disponíveis neste NUPEMEC.





Mais de 2 mil pessoas foram atendidas pelo Projeto Caravana da Justiça durante quase 30 dias de realização dos trabalhos em regiões judiciárias de Norte a Sul do Estado.



## Ouvidoria Judiciária

A Ouvidoria Judiciária atua de forma a colaborar no encaminhamento de soluções que atendam as variadas reclamações dos jurisdicionados acerca de assuntos que dizem respeito a interesses diversos nos vários setores da estrutura organizacional do Poder Judiciário deste Estado.

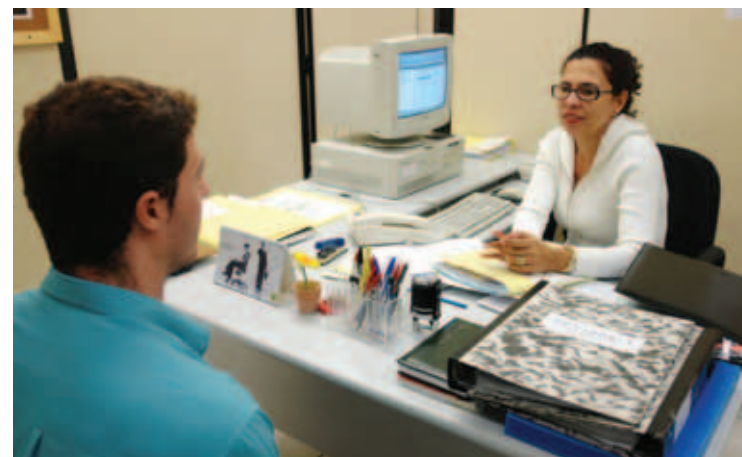
Receber as reivindicações encaminhadas pelos interessados buscando, junto aos órgãos e setores competentes, medidas resolutivas ao atendimento das solicitações, sempre mantendo o interessado informado das ações desenvolvidas e providências adotadas.

Este órgão ainda encontra algumas resistências e obstáculos no desempenho de suas funções, considerando que alguns órgãos se omitem à prestação de informações ao tempo razoável, agravando, com isso, a imagem negativa do Poder Judiciário, magistrados e servidores, nutrida pelos reclamantes. Para aperfeiçoar a troca um novo programa de gestão de demandas está sendo criado pela Secretaria de Tecnologia da Informação.

Apesar da grande demanda, a situação é de estabilidade. Tal constância decorre de ações promovidas pelo Poder Judiciário, em parceria com outros órgãos, visando desafogar as Varas com mutirões e programas que facilitem o acesso dos jurisdicionados aos processos, o que tem surtido resultados positivos, impedindo o aumento de demandas e reclamações envolvendo a morosidade processual.

Quando as partes não tinham uma resposta ficavam frustradas e descrentes que seria feita justiça em seus casos. Com a devida atenção e resposta por parte do Poder Judiciário, há uma satisfação por parte dos jurisdicionados, mesmo aqueles que não têm suas reivindicações atendidas, pelo simples fato de terem sido ouvidos e orientados.

Assim que o novo programa de gestão de demandas, hoje em fase de criação pela Secretaria de Tecnologia da Informação, estiver operando esperamos dar maior celeridade no encaminhamento das demandas recebidas, otimizando a troca de informações entre os órgãos, em resposta às sugestões, reclamações e elogios que lhe foram dirigidos.



# Justiça na Escola

O Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo em conjunto com o Governo do Estado e a Secretaria de Educação (SEDU) instituiu em janeiro de 2013 o Programa Justiça na Escola. Um contato direto dos estudantes com o Poder Judiciário proporcionou o pleno exercício da cidadania para os alunos do ensino fundamental da rede pública.

A proposta do programa é discutir temas como combate às drogas, bullying, violência nas escolas, evasão escolar, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e cidadania, com a participação de juízes, professores, educadores, técnicos em psicologia e serviço social, alunos e pais e demais interessados. Por meio desses debates, busca-se estimular o trabalho articulado entre as instituições.

## PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

- Indicar medidas sequenciais a serem adotadas para evitar/reduzir a evasão escolar, verificadas as peculiaridades locais envolvendo cada Município/Comarca;
- Sugerir o tratamento coletivo da evasão escolar, antes do encaminhamento individual dos casos;
- Tornar a Vara da Infância e Juventude parceira da rede de atendimento na esfera da evasão escolar;
- Compreender as causas da evasão escolar para possibilitar a elaboração de um plano de trabalho em cada escola, em razão das demandas e problemas a serem identificados.



## Virtualização

Um dos principais passos do processo de Virtualização, o petição eletrônico, foi iniciado em 27 de agosto de 2013, durante a realização de uma cerimônia no Palácio Anchieta, que contou com a presença de diversos membros da magistratura capixaba e autoridades políticas. O presidente do TJES, desembargador Pedro Valls Feu Rosa, convidou o governador do Estado, Renato Casagrande, a protocolar a primeira petição eletrônica da Justiça Capixaba.

A virtualização é feita através do sistema eJUD2. Todos os processos em tramitação no âmbito do Tribunal de Justiça do Espírito Santo começaram, imediatamente, a ser digitalizados na central montada no antigo Fórum da Prainha, em Vila Velha. Seis mil kits da Justiça Virtual foram destinados às unidades do Poder Judiciário em todo o Estado, pela Secretaria de Tecnologia da Informação.



# Parceria Institucional com a OAB/ES

A gestão 2012-2013 estabeleceu várias parcerias com o objetivo de estreitar o relacionamento da Justiça com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Um dos primeiros atos da Mesa Diretora foi atender a um antigo pedido da classe e liberar o acesso facilitado ao Palácio da Justiça.

Os advogados passaram a contar também com uma sala de apoio exclusiva no Tribunal, repercutindo na relação entre magistrados e causídicos em todas as Comarcas. Com a instalação da Justiça Virtual, o TJES celebrou com o Conselho Federal da OAB um convênio para promover o fornecimento de dados cadastrais de advogados de outros Estados para permitir o acesso ao processo eletrônico, facilitando a

prestação jurisdicional e a defesa do Direito.

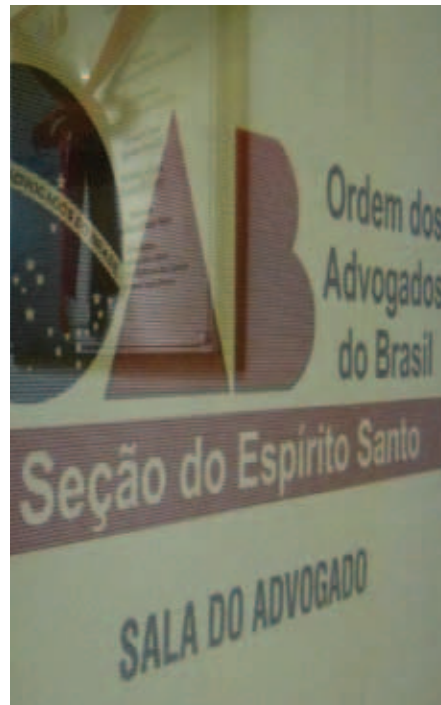
## Protocolo Expresso

O sistema de Protocolo Expresso é uma iniciativa da Presidência deste Tribunal de Justiça durante o Biênio 2012 – 2013 que possibilitou aos advogados protocolarem suas petições em uma cabine externa localizada na entrada do prédio do Palácio da Justiça e, tudo isso, sem sair do carro. Portanto, o andamento dos processos fica mais

rápido e é possível agilizar o atendimento, sem prejuízos ao funcionamento do tradicional protocolo interno.

Esse serviço alcança, também, toda a comunidade. Quanto às petições protocoladas, estas, são encaminhadas às Varas de todos os Fóruns da Capital, comarcas do interior e ao Tribunal de Justiça.

Além dessa ferramenta, outro desafio foi proposto, sendo: padronizar as remessas dos documentos recebidos pela Seção de Protocolo.



Debates  
Promovidos

# Eventos

Durante o Biênio 2012 - 2013, cerca de 80 eventos - dentre reuniões, discussões, audiências públicas, seminários, cursos de aperfeiçoamento, palestras, lançamentos de campanhas e projetos de repercussão nacional e internacional - foram realizados. Personalidades de renome do universo jurídico-social estiveram no Espírito Santo participando das iniciativas desenvolvidas pela Presidência do Poder Judiciário.



# Núcleo de Comissões



# Núcleo de Comissões

O Núcleo de Comissões foi estruturado a fim de atender as demandas dos Grupos de Trabalho e Comissões criados pela Presidência deste Tribunal de Justiça. O setor é responsável pela confecção de atas de reuniões, expedição de ofícios contendo as deliberações dos grupos e comissões, recebimento de denúncias por meio eletrônico e por coleta de depoimento presencial e elaboração de relatórios para embasar visitas técnicas a unidades prisionais.

O objetivo do Núcleo é o suporte administrativo dado às Comissões e Grupos de Trabalho, tendo sido exitosa a tarefa desempenhada até o presente momento. Cada Comissão e Grupo de Trabalho foi criada com metas específicas a serem atingidas, porém sem engessá-los a fim de proporcionar a busca do interesse público no sentido de desenvolver políticas, métodos e mecanismos necessários ao fim da burocracia em várias áreas do serviço público.

## PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

- A discussão de novas políticas com o intuito de combater a tortura e os maus tratos no Estado.
- Acompanhamento das reuniões sobre a melhoria da saúde pública com políticas que evitem a excessiva judicialização da saúde.
- Viabilização de dados para operações visando ao cumprimento de mandados de prisão.
- Confecção da lei estadual de execuções penais;
- Criação de serviço para agilizar notificações, citações e intimações de réus presos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Atualmente, o setor conta com as seguintes Comissões:
- Comissão Estadual de Prevenção e Enfrentamento à Tortura.
- Comissão de Enfrentamento à Corrupção e à Improbidade Administrativa.



- Comissão de Enfrentamento aos Crimes de Mando e de Pistola-gem.
- Comissão de Enfrentamento aos Crimes Sexuais praticados contra Criança e Adolescente.

Além disso, estão em atividade o Grupo de Atendimento Inicial à Prisão em Flagrante, o Grupo de Trabalho Interinstitucional de Segurança Pública e o Comitê Executivo Estadual do Fórum Nacional da Saúde.

Atualmente, com a estrutura e o suporte dado pelo setor que possui atribuição exclusiva para diligenciar todas as etapas das demandas dos Grupos/Comissões, os membros debruçam exclusivamente na busca pelo objetivo a ser alcançado, ficando a parte administrativa a cargo do setor, o que qualifica os trabalhos apresentados.

Tornar-se parte da estrutura jurídica do Poder Judiciário é o desafio para os próximos anos, com o objetivo de dar continuidade ao suporte administrativo conferido às Comissões e Grupos de Trabalho, bem como virtualizar todos os procedimentos que tramitam no setor.

# Comissão de Enfrentamento à Corrupção e à Improbidade Administrativa

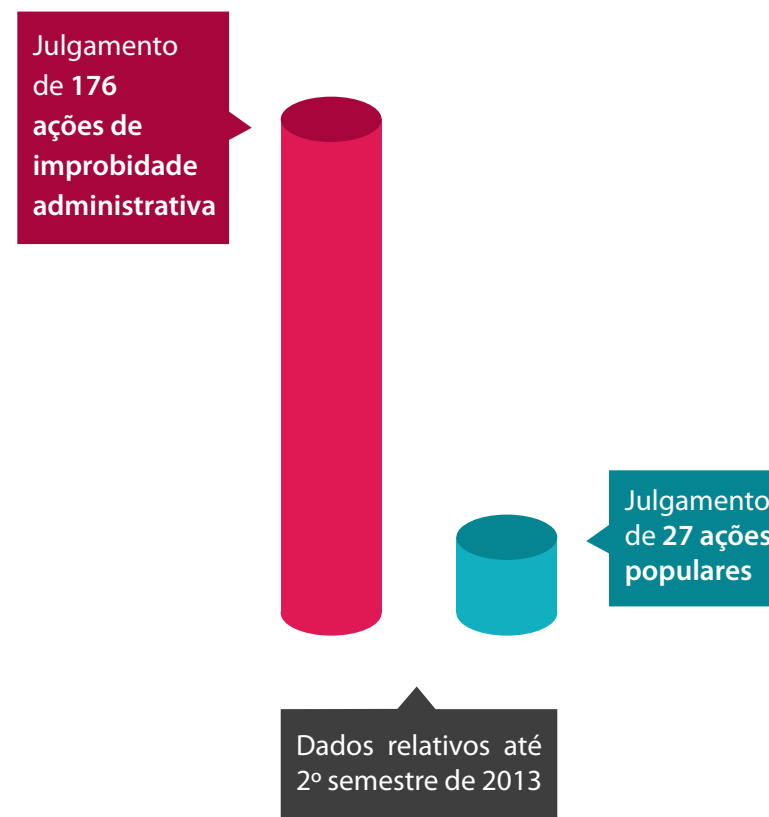
A Comissão de Enfrentamento à Corrupção e à Improbidade Administrativa objetivou o levantamento de todos os processos de improbidade administrativa e corrupção, a criação de mecanismos de celeridade processual e a transparência nos andamentos processuais.

E para cumprir as propostas, as ações penais em tramitação foram mapeadas, bem como as ações de improbidade administrativa, solicitando aos magistrados a priorização do julgamento de tais demandas.

## PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

- Criação do painel da transparência que identifica as ações de improbidade administrativa que tramitam no PJES;
- Criação da 3ª Vara da Fazenda Pública Estadual com competência exclusiva para processar e julgar as ações de improbidade administrativas e populares da Grande Vitória
- Assinatura de termo de cooperação técnica entre o TJES e o TC ES a fim de prestar apoio técnico à Vara.

## DEMONSTRATIVO ESTATÍSTICO



# Comissão Estadual de Prevenção e Enfrentamento à Tortura

A Comissão de Prevenção e Enfrentamento à Tortura foi instalada em 28 de dezembro de 2011, e tem como uma das principais funções o levantamento e encaminhamento dos casos já denunciados.

No Espírito Santo, há anos a sociedade civil vem denunciando a falência do sistema prisional e socioeducativo do Estado. Em 2010, o Estado foi denunciado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), da Organização dos Estados Americanos (OEA) por conta de tortura praticada contra adolescentes em conflito com a lei nas unidades de internação e, na Organização das Nações Unidas (ONU), pela precariedade do sistema prisional capixaba.

A Comissão de Prevenção e Enfrentamento à Tortura é formada pela Secretaria de Justiça, Ordem dos Advogados do Brasil, Defensoria Pública, Movimento Nacional dos Direitos Humanos, Conselho

---

*410 denúncias  
foram registradas  
pelo Torturômetro*

---

Estadual dos Direitos Humanos, a sociedade civil e o Poder Judiciário Capixaba.

Logo no começo da gestão Biênio 2012 - 2013, o grupo de tra-

balho imprimiu esforços para atuar no combate a prática de tortura. O grande destaque foi o desenvolvimento do Torturômetro, instrumento à disposição da sociedade no Portal do TJES para denunciar e acompanhar os casos desta natureza.

O funcionamento do canal de denúncia possibilita que qualquer pessoa preencha um formulário e denuncie ocorrências que infrinjam a Lei de combate à tortura. O Torturômetro está disponível no site do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, no endereço: [www.tjes.jus.br](http://www.tjes.jus.br).



## Comissão de Enfrentamento aos Crimes Sexuais Contra Crianças e Adolescentes

A Comissão de Enfrentamento aos Crimes Sexuais contra Crianças e Adolescentes foi criada em 10 de fevereiro de 2012, em parceria com a Procuradoria-Geral de Justiça, com o objetivo principal de criar mecanismos que visem dar celeridade processual nos respectivos crimes e, para isso, surgiu a necessidade de realizar um levantamento dos processos de violência sexual contra crianças e adolescentes, além de criar mecanismos de transparência na tramitação.

A criação de uma vara especializada para julgar crimes sexuais contra menores é uma necessidade. Com isso, será possível garantir maior agilidade no julgamento dessas ações, bem como tornar-se parte da estrutura jurídica do PJES.



## Grupo de Trabalho Interinstitucional – Serviço Integrado de Atendimento Inicial à Prisão em Flagrante

O Grupo de Atendimento Inicial à Prisão em Flagrante após várias reuniões e análise de diversas situações postas teve como projetos/ações o encerramento da competência exclusiva das Varas de Tóxico; criação do serviço de citação/notificação/intimação; análise do banco de mandados de prisão da Polinter, a fim de validar os mandados ainda vigentes e excluir os que perderam sua eficácia; ampliação do alvará de soltura eletrônico para todas as Comarcas do Estado; adequação da Resolução do Plantão Judiciário, a fim de propiciar a adoção de critérios uniformes de tramitação dos procedimentos durante o recesso forense; campanhas de orientação aos servidores e Magistrados quanto à utilização do Banco Nacional de Mandados de Prisão; implementação da Lei 12.714/2012.

Antes da criação do Grupo de Trabalho as demandas eram dispersas em grupos distintos, o que muitas vezes gerava incongruência nas decisões tomadas e execução de serviços contrapostos. Com o Grupo, inclusive formado por outros Órgãos e Poderes, permitiu-se que todos os servidores com atuação relacionada ao sistema prisional trabalhem de forma coordenada.

E os resultados percebidos por suas ações são a desburocratização de vários atos judiciais, a celeridade na tramitação dos procedimentos de réus presos e normatização de situações que ficavam em aberto e não possuíam rotina padronizada, o que gerava gasto e demora excessiva nos serviços desenvolvidos pelas Varas.



# Grupo de Trabalho Interinstitucional – Reformulação da Normatização de Procedimentos Relativos à Execução Penal

O Grupo de Trabalho tem como projeto o estudo e apresentação de proposta de reformulação da normatização de procedimentos relativos à execução penal no âmbito do Espírito Santo.

## PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Normalizar situações cotidianas, a fim de assegurar os direitos das pessoas presas, bem como resguardar as ações praticadas pelos agentes públicos responsáveis durante o cumprimento da segregação, seja ela cautelar ou definitiva; realização de audiência pública para que a sociedade debatesse o tema e apresentasse propostas, as quais foram analisadas pelo Grupo.

As regras gerais acerca da execução penal seguem a Lei 7.210/84. Em que pese o projeto de lei seguir os pilares da referida norma, foram esmiuçados alguns procedimentos, a fim de conferir uma atuação mais segura aos atores da execução penal.

Atualmente o texto da Lei está sendo analisado para em seguida ser submetido ao Poder Legislativo.



# Grupo Interinstitucional de Trabalho em Segurança Pública

O Grupo de Trabalho desenvolveu ações de combate ao crime no Estado, unindo as Polícias e outros órgãos e Poderes com o intuito de traçar estratégias em operações policiais.

O objetivo das ações foi demonstrar a presença do Estado no combate ao crime em áreas previamente identificadas como de grande ocorrência de delitos. As operações realizadas segundo informações dos membros do Grupo de Trabalho Interinstitucional em Segurança Pública geraram uma sensação de segurança nas cidades onde ocorreram.

Atualmente o Grupo desenvolve trabalho com a Polícia Civil no sentido de fornecer lista de mandados de prisão de acordo com locais e crimes preestabelecidos a fim de combater determinadas práticas delituosas. Com isso, em março de 2013 o Estado do Espírito Santo, segundo informações do Conselho Nacional de Justiça, era o 3º Estado com maior índice de cumprimento de mandados de prisão.



# Comissão de Enfrentamento aos Crimes de Mando e de Pistolagem

A Comissão de Enfrentamento aos Crimes de Mando e de Pistolagem teve como metas o levantamento de todos os processos que envolvem crimes de mando e pistolagem, criação de mecanismos de celeridade processual e criação de mecanismos de transparência dos andamentos processuais.

O cumprimento dos objetivos propostos pela Comissão esbarra na dificuldade dos cartórios de identificarem as situações específicas, em especial de crimes de pistolagem, já que trata-se de conceito que não possui tipificação específica na lei penal.





# Comitê Executivo Estadual do Fórum Nacional da Saúde

O Comitê Executivo do Fórum Nacional de Saúde cuida das ações que tratam de casos de pacientes internados para tratamento de saúde mental ou álcool e drogadição, por determinação judicial, e que já possuíam condições de alta, mas não liberavam os leitos hospitalares, uma vez que a decisão de internação condicionava a desinternação à nova decisão judicial e não à alta hospitalar.

Além disso, o Comitê abriu a discussão aos integrantes da saúde suplementar, a fim de ouvir os planos de saúde e as situações que dificultam a permanência no mercado.

## PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Levantamento sobre o fornecimento de medicamentos pelas Farmácias Cidadãs; ampliar a competência do Núcleo de Assessoramento Técnico para atender casos da saúde suplementar; realização do seminário de “Saúde Suplementar, Regulação e Poder Judiciário”; esforços para resolver a questão dos médicos urologistas; ampliação das atribuições do NAT; reuniões realizadas com as operadoras de planos de saúde.

Hoje, observa-se a comunhão de esforços de todos os órgãos e Poderes responsáveis pela área de saúde no sentido de resolver, antes de instalado o litígio, as demandas referentes à saúde.

Das ações empreendidas pelo Comitê, o trabalho em conjunto com os Magistrados no sentido de evitar internações por tempo além do necessário



dos pacientes, desafoga o sistema de vagas nas unidades de saúde.

O NAT também colabora com seus pareceres, a fim de prover aos magistrados informações técnicas primordiais na solução dos conflitos instalados.

Por fim, o desafio que segue para o próximo ano é efetivamente diminuir a judicialização da saúde, por meio de diversos canais que deverão ser criados com o objetivo de solucionar os conflitos antes de instalado o litígio e finalizar a conciliação com a classe médica dos urologistas e os planos de saúde.

# Grupo Interinstitucional do Sistema Socioeducativo

A Comissão tem como principais ações desenvolvidas a implantação do CIASE Provisório, que proporcionou maior agilidade nas audiências de apresentação de adolescentes em conf ito com a lei, que passaram a ser diárias, permitindo assim o cumprimento dos prazos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Além disso, várias outras iniciativas foram realizadas perante os vários órgãos envolvidos, como Prefeituras, Ministério Público, Defensoria Pública, Delegacias de Polícia e o próprio Poder Judiciário, com o objetivo de melhorar a situação dos adolescentes em conf ito com a lei.

## PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Elaboração de um Calendário de Reuniões; elaboração de Termo de Referência para os Planos de Medidas Socioeducativas; elaboração de método único de medidas socioeducativas para aplicação do Art. 45 da Lei 12.594/2012 (SINASE); maior agilidade e urgência no encaminhamento ao Ministério Público dos Autos de Investigação de Ato Infracional, envolvendo adolescentes apreendidos, com o encaminhamento deles a Unidade de Atendimento Inicial (UNAI); ações visando agilizar a tramitação dos processos; efetivação da Resolução publicada no Diário de Justiça em 11/12/2012; Guias de Execução de Inter-

nação Provisória, de Internação-Sanção, de Medida Socioeducativa e Meio Aberto pelo sistema eJUD, bem como a Guia de Unificação de Medida Socioeducativa de acordo com a Resolução 165/2012 do CNJ; publicação da Resolução nº 056/2012, que redistribuiu as atribuições dos dois Juizados da Infância e Juventude da Serra.

As ações buscam melhorias contínuas, por meio da interlocução e monitoramento das ações executadas pelo sistema de atendimento socioeducativo do Estado do Espí-

rito Santo, considerando que a Comissão se constituiu como locus de discussão, elaboração, monitoramento, avaliação e deliberações no que tange à política de atendimento ao adolescente em conf ito com a lei.

Com a criação da Comissão as deliberações puderam ser tomadas em comum acordo entre todos os participantes e isso tem agilizado a aplicação das ações.



Coordenadorias

# Coordenadoria das Varas Criminais e de Execuções Penais

A Coordenadoria das Varas Criminais e de Execuções Penais atua na uniformização e normatização suplementar de procedimentos relativos à execução penal. Dentre as atribuições estão a superintendência da movimentação de presos provisórios; gerenciamento de dados estatísticos, das transferências e da fiscalização de registros da população carcerária.

O acompanhamento, a instalação e o funcionamento dos Conselhos da Comunidade também competem à Coordenadoria. Com essa razão foi realizado o Encontro Estadual dos Conselhos da Comunidade visando à promoção de ações de humanização do sistema prisional, aperfeiçoando a forma de cumprimento da pena.

## PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

**Encontro Estadual dos Conselhos da Comunidade:** Participaram do encontro a Ouvidora do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça, Valdirene Daufemback e o Juiz de Direito Coordenador do Programa Novos Rumos, Luiz Carlos Rezende, além dos representantes que apresentaram o Método APAC. Atualmente existem 14 Conselhos no Espírito Santo.

**Expedição de alvarás de solturas por meio eletrônico:** trabalho desenvolvido junto à Presidência do Poder Judiciário por meio do sistema Central de Mandados, com assinatura e certificação digital.

A criação desta ferramenta otimizou o tempo para cumprimento do expediente, uma vez que possibilitou a transmissão direta à Central de Alvarás para as devidas providências.

**Criação do Serviço de Notificação, Citação, Intimação de Presos:** Resolução nº 34/2012 e posterior modificação pela Resolução nº 036/2013 do TJES.

**Eventos Realizados:** Workshop Método APAC e o Espírito Santo; Audiências Públicas nos Municípios de São Mateus e Irupi visando à implantação do Método APAC - Associação de Proteção e Assistência aos Condenados no Estado do Espírito Santo.

**Campanha Mutirão Carcerário:** Desenvolvida no ano de 2013 com diversas reuniões do Grupo de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário e de Execução de Medidas Socioeducativas.

Algumas ações da Coordenadoria encontram-se em andamento, como a implantação do Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário sob Medida de Segurança no Estado do

Espírito Santo com base em Portaria publicada pela Coordenação Nacional de Saúde Prisional do Ministério da Saúde, que regulamentou a estratégia de apoio e acompanhamento da atenção ao paciente judiciário no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), no sentido de que a execução de medidas de segurança seja estabelecida conforme as diretrizes da Rede de Atenção à Saúde do SUS e de forma contrária às políticas manicomiais.

## Destacamos no Biênio 2012 - 2013, as metas alcançadas:

- Implantação do serviço de acompanhamento do regime aberto e livramento condicional na Vara Central de Inquéritos de Vitória, que contava com aproximadamente 17 mil processos em curso;
- Realização do Projeto Eficiência nas Varas de Execuções Penais de Viana, Cariacica e Vila Velha e Barra de São Francisco;
- Instituição de grupo de trabalho para revisão, avaliação de alterações e padronizações das ferramentas do Sistema de Execução Penal (SIEP);



- Fixação das metas prioritárias do Grupo de Monitoramento em atendimento às determinações do Conselho Nacional de Justiça; Constituição de um grupo de trabalho para articulação dos setores de informática da Secretaria de Segurança Pública, Secretaria de Justiça e Poder Judiciário a fim de compatibilizar sistema de acompanhamento da execução das penas, da prisão cautelar e da medida de segurança. Além do desenvolvimento de ferramenta similar para a Infância e Juventude.
- Desenvolvimento de trabalhos para implantação de uma nova sistemática no Presídio Militar do Estado visando à alteração do regimento da unidade;
- Adoção de providências para regularizar a localização definitiva da 2ª Vara Criminal da Comarca de Viana no Fórum da Comarca de Cariacica, permitindo a transferência da competência dos presídios.

Os desafios a serem enfrentados no próximo biênio são a consolidação das ações iniciadas no período de 2012 e 2013, visando ao aprimoramento das atividades desenvolvidas por esta Coordenadoria.

# Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica (Comvides)

A Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica (Comvides) desenvolveu no último biênio projetos visando à melhoria da prestação jurisdicional às mulheres vítimas de violência. O trabalho desenvolvido pela Comvides ganhou repercussão nacional e internacional pela efetividade na fiscalização de medidas protetivas.

## Centro Integrado da Mulher (CIM)

Tem a responsabilidade de atender de forma mais humanizada, rápida e eficaz as mulheres que sofrem algum tipo de agressão. O CIM integra, em um mesmo local, assistência médica, psicológica e jurídica, com postos da Defensoria Pública, da Delegacia de Defesa da Mulher, da Promotoria Pública e da Vara Especializada da Mulher.

**Programa “JusMulher Capixaba”:** lançado em maio de 2012 com uma política pública de combate e prevenção aos crimes cometidos contra o gênero feminino.

**Eventos realizados:** Fórum Estadual de Proteção aos Direitos da Mulher (Feprom) e o Seminário “Saúde e Segurança no Âmbito da Violência Doméstica”.

**“Botão do Pânico”:** projeto experimental de medidas protetivas. Elogiado pela Presidência da República recebeu o apoio da Secretaria de

Políticas Públicas para as Mulheres (SPM) e foi destaque nos jornais Pradva, TV5Monde e Liberté Algérie. O Botão do Pânico se mostrou instrumento hábil na redução da reincidência em atos de violência por parte dos agressores.

**Instalação do Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha:** um ônibus totalmente equipado para realização de atendimento multidisciplinar e judicial de vítimas e seus familiares. A solenidade de lançamento, promovida em 12 de setembro de 2012, contou com a participação da ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci.

## Fonavid - Fórum Nacional de Juizes de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher

No ano de 2013, o Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo sediou o V Fórum Nacional de Juizes de Violência Doméstica e Familiar contra a

Mulher (FONAVID). O evento contou com a participação de Juizes, técnicos das equipes multidisciplinares e servidores do Poder Judiciário de todo o território nacional que trabalham com a temática de Violência Doméstica.

Realizar a Justiça e garantir a efetividade da Lei 11.340/2006, promovendo ações que resultem na prevenção e no combate eficaz à violência doméstica e familiar contra a mulher, por meio do aperfeiçoamento e da troca de experiências entre os magistrados que o compõem, bem como da sua participação ativa junto aos órgãos responsáveis pelas políticas públicas que dizem respeito à matéria.

Por meio de suas ações, o FONAVID almeja ser reconhecido como eficiente colaborador na excelência dos serviços judiciais prestados na esfera da violência doméstica e familiar contra a mulher, assim como re-

ferência a todos os magistrados nacionais que atuam nesta área como efetivo instrumento de promoção da paz social.

Neste contexto, para alcançar maior efetividade à Lei Maria da Penha, os objetivos da Comvides têm sido alcançados, podendo ser notado não só pela eficácia dos projetos em favor das mulheres vitimadas, mas também no caráter preventivo e inibidor das ações.

Outros pontos de destaque são: maior informação às mulheres acerca de seus direitos e conscientização da população sobre o tema; aumento do grau de confiança em relação ao Poder Judiciário por parte das vítimas de violência doméstica.

Anteriormente a esses novos projetos, as mulheres vítimas de violência doméstica viviam dependentes e expostas à vontade do agressor em cumprir ou não as medidas protetivas.

Hoje, com a aplicação dos projetos, pode-se vislumbrar um quadro positivo, pois, as decisões que aplicam medidas protetivas tornam-se muito mais eficazes com a efetiva fiscalização e os projetos também possibilitaram a integração entre os órgãos da rede de atendimento à mulher.

Para a próxima gestão se colocam como desafios a extensão do projeto do “Botão do Pânico”, assim como a instalação de novas unidades do Centro Integrado da Mulher (CIM) nos demais municípios do Estado do Espírito Santo. Além da criação e instalação da Vara Especializada em Violência Doméstica e Familiar na comarca de Linhares.

Pretende-se também a implantação de um novo projeto denominado “Defesa Pessoal”, a ideia é promover curso de capacitação em defesa pessoal para as vítimas de agressão por meio de parcerias com outras instituições, como a Polícia Militar, que forneceria os professores.



# Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude

A Supervisão/Coordenadoria dos Juizados da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo realizou atividades no biênio 2012/2013 que proporcionaram, com demais órgãos do sistema de Justiça – Ministério Público e Defensoria Pública Estadual – a humanização no atendimento à criança e ao adolescente, seja em conflito com a lei, seja o que necessita de acolhimento.

Também aprimorou no aspecto social e familiar, possibilitando crianças sem o registro paterno em sua Certidão de Nascimento a conhecer seu pai.

## Projeto Meu Pai é Legal

O Projeto Meu Pai é Legal tem como objetivo combater o sub-registro paterno junto às instituições da rede pública de ensino, com vistas à conscientização das mães de crianças e adolescentes acerca da importância da averbação do nome paterno nos assentos de nascimento de seus filhos. Em outubro de 2012, o Projeto foi realizado na Faculdade Univix de Vitória, onde foram notificadas todas as mães cujos filhos estavam matriculados em 10 Escolas Municipais da Região de Goiabeiras, em Vitória. Paralelamente, a Vara dos Feitos da Fazenda Pública de Cariacica também realizou mutirão contando com a participação de estudantes do curso de direito da Faculdade São Geraldo (Cariacica). Outras comarcas do interior realizam cotidianamente as mesmas ações visando o reconhecimento voluntário de paternidade.

## Projeto Apadrinhamento Efetivo

Apoio ao projeto implantado primeiramente na Vara da Infância e Juventude de Cariacica, que visa garantir a convivência familiar comunitária de crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente, expandindo-o às demais Varas. Em novembro de 2012, a 1ª e a 2ª Varas da Infância e da Juventude da Serra, a Cáritas Diocesana e a Prefeitura Municipal implantaram o Programa de Apadrinhamento Afetivo (PAA) no Município da Serra.

## Crianças desaparecidas - Projeto de Volta para Casa

Este sistema é um meio que permitirá localizar mais rapidamente as crianças desaparecidas e o seu retorno ao lar. Já existe um protótipo do sistema com fotos simulando

o sumiço de uma criança e ou adolescente. Encontra-se em fase de desenvolvimento o projeto com a participação da Secretaria de Tecnologia da Informação, Polícia Civil, Coordenadoria de Infância e da Juventude e a PRODEST.

## Depoimento Especial

Projeto desenvolvido para implantação da Central de Depoimento Especial na Diretoria do Fórum da Serra, para atender à Grande Vitória. Permite colher depoimento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, em salas monitoradas com escutas, vídeos, câmeras, computadores, separadas das salas de audiência, mas interligadas para evitar constrangimento entre elas, juiz de Direito, promotor de Justiça, advogado e réu.





# Coordenadoria dos Juizados Especiais

A Coordenadoria dos Juizados Especiais desenvolve como principais ações a realização dos mutirões de audiências de instrução e julgamento dos mutirões de sentenças. O objetivo principal é antecipar audiências designadas para datas muito distantes e sentenciar processos pendentes de julgamentos.

As audiências dos juizados estavam sendo designadas para datas muito distantes (para mais de um ano da data do ajuizamento da ação), o que foi amenizado com a execução de ações desta Coordenadoria. Contudo, em virtude da crescente demanda nos Juizados Especiais, tal gargalo ainda é realidade nas unidades judiciárias.

Destacam-se como futuros desafios um incremento no número de Juízes Leigos, estagiários e estagiários conciliadores para atuarem nos Juizados, visando imprimir maior celeridade no deslinde das ações e abertura de novas unidades judiciárias no sistema dos juizados especiais.



## DEMONSTRATIVO ESTATÍSTICO

2012

foram sentenciados



**1358 processos**

que estavam conclusos para sentença em Juizados da Grande Vitória.

foram realizadas



**2682 audiências**

de instrução e julgamento em regime de mutirão (que levaram 2474 processos a serem sentenciados).

Até setembro de 2013

foram sentenciados



**671 processos**

de juizados da Grande Vitória cujo número de autos conclusos para sentença estava exorbitante.

foi finalizado um mutirão de aproximadamente



**500 audiências**

no 1º Juizado Especial Cível Adjunto de Vitória com índice de **83% de soluções de processos.**

# Comissão de Segurança Institucional

Cabe à Comissão de Segurança Institucional propor o Plano de Segurança Institucional do TJES e executá-lo, dispor sobre a edição de atos normativos que visam promover a segurança da instituição e seus membros, divulgar e estimular o cumprimento das normas de segurança, promover cursos e treinamentos e elaborar subprogramas de segurança.

## PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Análise e avaliações dos trabalhos, bem como do exame das questões subordinadas à Comissão. Em relação às demandas emergenciais, Reuniões Extraordinárias foram definidas de acordo com o nível de crise apresentado. A execução das tarefas exige períodos de longo e médio prazo.

Foram visitadas 58 Comarcas, iniciando-se os trabalhos pela Região Norte, Noroeste e Centro-Oeste. Desse total, 40 foram visitadas no ano de 2012 e 18 no ano 2013.

Disponibilização da Escala de Plantão no site do Tribunal de Justiça. O serviço 24 horas permite que em determinadas situações de risco, o plantão poderá ser acionado pelo Juiz ao Comando da Polícia Militar mais próximo, que dará o pronto atendimento.

Foram analisados e examinados 25 procedimentos. Entre as matérias abordadas haviam temas relacionados à segurança pessoal, como pedido de escolta, adoção de medidas de proteção, reforço na segurança das comarcas, criação de fundo especial, bem como pedidos de instalação de equipamentos. Também foram providenciados mais reforços à segurança de alguns prédios do PJES.

Reuniões foram agendadas com o Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do ES e com o Secretário de Segurança Pública e Defesa Social e visitas técnicas foram feitas ao 38º Batalhão de Infan-



taria do Exército e ao Batalhão de Missões Especiais (BME) da Polícia Militar. Há ainda a proposta de um estudo para viabilizar a Criação do Fundo Especial de Segurança de Magistrados (FUNSEG).

É função essencial desta Comissão acompanhar e manifestar-se quando invocada em situações que comprometam a segurança dos membros do Judiciário do Estado.

Colocar em prática o plano de segurança institucional do Tribunal de Justiça deste Estado é o nosso maior desafio. E, para que possamos prosseguir nas próximas etapas com maior acerto, faz-se necessário elaborar um guia para estruturação da segurança institucional na Instituição. Hoje, já temos um estudo como ponto de partida a ser aplicado.

# 2 - Prestação Jurisdicional

RELATÓRIO DE GESTÃO BIÊNIO 2012-2013

## Criminal – Júris

Ao assumir a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo em dezembro de 2011, o desembargador Pedro Valls Feu Rosa anunciou a criação de mutirões para a realização de julgamento de processos relativos a crimes contra a vida. Fez o anúncio com pedido de desculpas aos familiares de vítimas de crimes de pistolagem que, à época, aguardavam décadas pelo julgamento dos processos.

“Eu peço desculpas aos que, com fome e sede de Justiça, nós não saciamos e não temos saciado. Curvo-me, neste momento, diante da memória daqueles que tombaram vítimas do crime organizado, deixando para os entes queridos a herança amarga daquela humilhação que a impunidade traz. São irmãos, esposas, filhos e pais que amargaram e amargam 20, 25, 30 anos de espera não por uma condenação, mas por uma resposta. Uma simples resposta que seja. Um sim ou um não. Questionados, costumamos colocar a culpa nas leis ou nos advogados. Isto não é verdade. Não há Código de Processo, não há defesa neste mundo que possa atrasar um julgamento por décadas a fio! Não, aqui a culpa é nossa. Nossa culpa, nossa tão grande culpa”.

O esforço de magistrados, servidores do Judiciário, promotores de Justiça, defensores públicos e advogados surtiu

efeito. Se em 2011 o Judiciário capixaba julgou 458 processos de homicídios e ou tentativas, agora em 2013 já foram realizados 1.036 júris populares, o que representa um aumento de 126,20%. Já em 2012, foram realizados 957 julgamentos pelos Tribunais de Júris Populares nas diversas Comarcas do Estado, o que demonstrou um acréscimo de 109% em relação ao ano anterior.

---

*Realização de júris populares aumentou 126,20% em dois anos no Espírito Santo*

---

### DEMONSTRATIVOS ESTATÍSTICOS

**458**  
Processos julgados em 2011



**957**  
Processos julgados em 2012



**1.036**  
Processos julgados em 2013



## JÚRIS REALIZADOS

PROCESSOS JULGADOS 2013	
COMARCA DA CAPITAL - JUÍZO DA SERRA	141
COMARCA DA CAPITAL - JUÍZO DE CARIACICA	133
COMARCA DA CAPITAL - JUÍZO DE VILA VELHA	113
COMARCA DA CAPITAL - JUÍZO DE VITÓRIA	74
COMARCA DE LINHARES	70
COMARCA DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	48
COMARCA DE SÃO MATEUS	43
COMARCA DE COLATINA	38
COMARCA DA CAPITAL - JUÍZO DE VIANA	26
COMARCA DE ARACRUZ	26
COMARCA DE DOMINGOS MARTINS	17
COMARCA DE PINHEIROS	16
COMARCA DE NOVA VENÉCIA	15
COMARCA DE GUARAPARI	15
COMARCA DE CONCEIÇÃO DA BARRA	15
COMARCA DE BAIXO GUANDU	14
COMARCA DE IBATIBA	13
COMARCA DE MONTANHA	12
COMARCA DE JAGUARÉ	11
COMARCA DE ECOPORANGA	11
COMARCA DE ITAPEMIRIM	10
COMARCA DE IÚNA	10
COMARCA DE MARATAÍZES	10
COMARCA DE ALEGRE	9
COMARCA DE MANTENOPOLIS	9
COMARCA DE ITAGUAÇU	8
COMARCA DE PEDRO CANÁRIO	8
COMARCA DE PRESIDENTE KENNEDY	7
COMARCA DE RIO NOVO DO SUL	7
COMARCA DE MARILÂNDIA	6
COMARCA DE MUNIZ FREIRE	6
COMARCA DE SÃO GABRIEL DA PALHA	6
COMARCA DE IBIRAÇU	6

PROCESSOS JULGADOS 2013 (CONTINUAÇÃO)	
COMARCA DE MIMOSO DO SUL	6
COMARCA DE BOA ESPERANÇA	5
COMARCA DE PANCAS	5
COMARCA DE FUNDÃO	5
COMARCA DE CASTELO	5
COMARCA DE BARRA DE SÃO FRANCISCO	5
COMARCA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO	4
COMARCA DE MARECHAL FLORIANO	4
COMARCA DE GUAÇUI	4
COMARCA DE PIUMA	4
COMARCA DE AFONSO CLÁUDIO	4
COMARCA DE SANTA MARIA DE JETIBA	4
COMARCA DE SÃO DOMINGOS DO NORTE	4
COMARCA DE VARGEM ALTA	4
COMARCA DE ATILIO VIVACQUA	3
COMARCA DE ALTO RIO NOVO	3
COMARCA DE AGUA DOCE DO NORTE	3
COMARCA DE MUCURICI	2
COMARCA DE SANTA LEOPOLDINA	2
COMARCA DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE	2
COMARCA DE SÃO JOSÉ DO CALCADO	2
COMARCA DE ALFREDO CHAVES	2
COMARCA DE SANTA TERESA	2
COMARCA DE APIACÁ	2
COMARCA DE ITARANA	2
COMARCA DE RIO BANANAL	2
COMARCA DE AGUIA BRANCA	1
COMARCA DE ANCHIETA	1
COMARCA DE BOM JESUS DO NORTE	1
COMARCA DE IBITIRAMA	1
COMARCA DE LARANJA DA TERRA	1
COMARCA DE JOAO NEIVA	1

PROCESSOS JULGADOS 2012	
COMARCA DA CAPITAL - JUÍZO DE VITÓRIA	117
COMARCA DA CAPITAL - JUÍZO DA SERRA	108
COMARCA DA CAPITAL - JUÍZO DE CARIACICA	99
COMARCA DA CAPITAL - JUÍZO DE VILA VELHA	98
COMARCA DE COLATINA	61
COMARCA DE SÃO MATEUS	47
COMARCA DE GUARAPARI	44
COMARCA DA CAPITAL - JUÍZO DE VIANA	27
COMARCA DE LINHARES	27
COMARCA DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	26
COMARCA DE AFONSO CLÁUDIO	25
COMARCA DE PINHEIROS	21
COMARCA DE ARACRUZ	19
COMARCA DE IÚNA	14
COMARCA DE PEDRO CANÁRIO	12
COMARCA DE MANTENOPOLIS	10
COMARCA DE BAIXO GUANDU	10
COMARCA DE IBATIBA	10
COMARCA DE NOVA VENÉCIA	9
COMARCA DE ECOPORANGA	9
COMARCA DE MARATAÍZES	9
COMARCA DE MARECHAL FLORIANO	8
COMARCA DE JAGUARÉ	8
COMARCA DE DOMINGOS MARTINS	8
COMARCA DE CASTELO	8
COMARCA DE ITAPEMIRIM	7
COMARCA DE MUNIZ FREIRE	7
COMARCA DE MUCURICI	7
COMARCA DE SANTA MARIA DE JETIBA	6
COMARCA DE BOA ESPERANÇA	5
COMARCA DE ANCHIETA	5
COMARCA DE MIMOSO DO SUL	5
COMARCA DE SÃO GABRIEL DA PALHA	4

PROCESSOS JULGADOS 2012 (CONTINUAÇÃO)	
COMARCA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO	4
COMARCA DE IBIRAÇU	4
COMARCA DE RIO NOVO DO SUL	4
COMARCA DE RIO BANANAL	4
COMARCA DE ALEGRE	4
COMARCA DE PANCAS	4
COMARCA DE ITAGUAÇU	4
COMARCA DE AGUA DOCE DO NORTE	4
COMARCA DE MARILÂNDIA	4
COMARCA DE PRESIDENTE KENNEDY	3
COMARCA DE MONTANHA	3
COMARCA DE CONCEIÇÃO DA BARRA	3
COMARCA DE VARGEM ALTA	3
COMARCA DE SÃO DOMINGOS DO NORTE	3
COMARCA DE SANTA TERESA	3
COMARCA DE IBITIRAMA	3
COMARCA DE PIUMA	2
COMARCA DE AGUIA BRANCA	2
COMARCA DE GUAÇUI	2
COMARCA DE BOM JESUS DO NORTE	2
COMARCA DE MUQUI	2
COMARCA DE FUNDÃO	2
COMARCA DE BARRA DE SÃO FRANCISCO	1
COMARCA DE LARANJA DA TERRA	1
COMARCA DE JOAO NEIVA	1
COMARCA DE SÃO JOSÉ DO CALCADO	1
COMARCA DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE	1
COMARCA DE ALTO RIO NOVO	1
COMARCA DE SANTA LEOPOLDINA	1

# Juizados Especiais

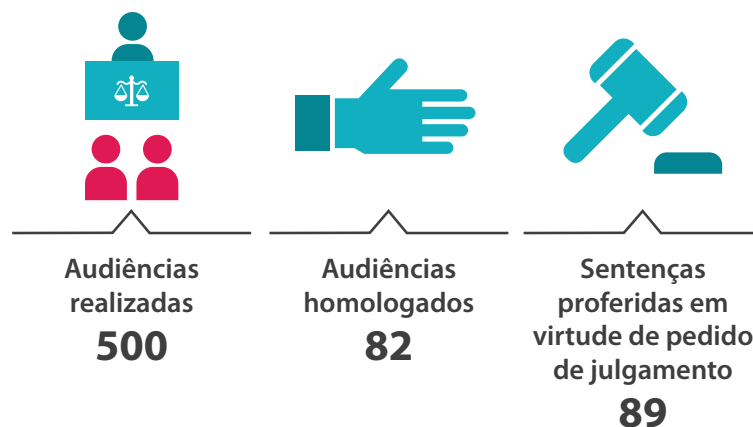
A Coordenadoria dos Juizados Especiais do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo realizou em 2012 seis mutirões de conciliação que resultaram na homologação de 504 acordos. Durante os 52 dias de mutirões, os juízes que atuaram nos eventos marcaram 1.426 leituras de sentenças. Das 2.918 previstas, foram realizadas 2.682 audiências.

Em 2013, a Coordenadoria já realizou três mutirões: um de conciliação e dois de Instrução e Julgamento. Foram feitas mais de mil audiências.

O número, bem menor do que os registrados em 2012, se deve ao fato de centenas de processos com audiências designadas para 2013 em diante já terem sido solucionados no ano passado.

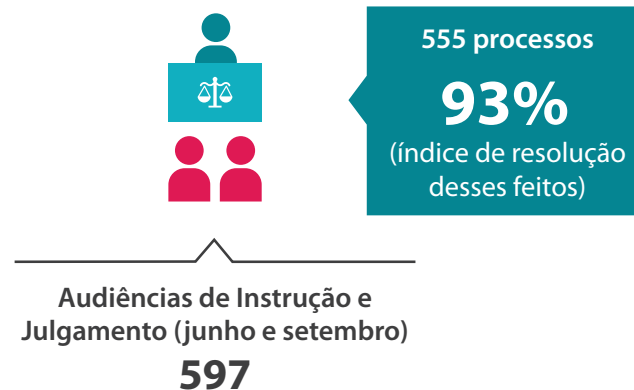
## DEMONSTRATIVOS ESTATÍSTICOS

### 1º Juizado Especial Cível Adjunto/Procon



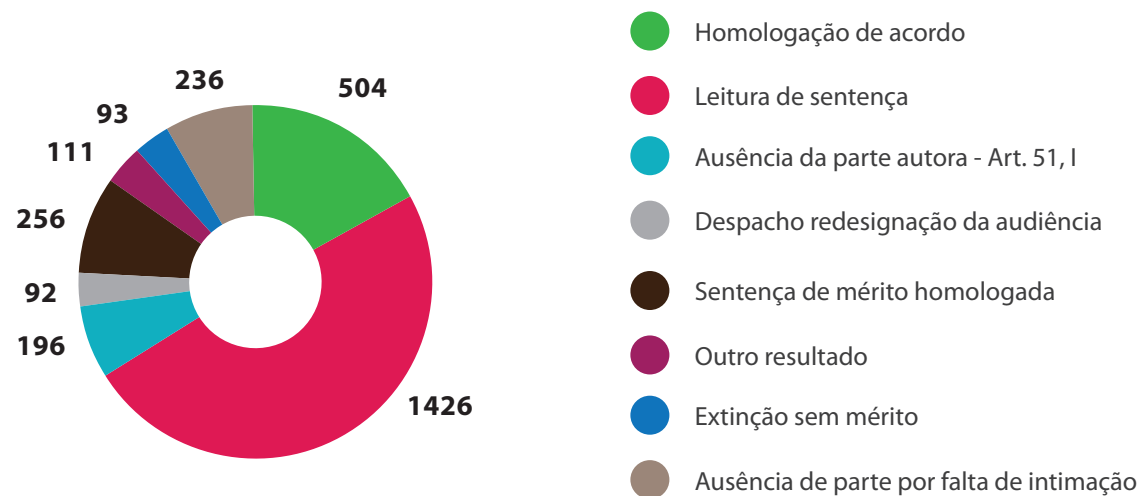
**Em 167 processos as datas foram agendadas para realização de audiência de Instrução e Julgamento.**

### 1º Juizado Especial Cível Adjunto/Procon de Vitória



**720 processos de diversos Juizados Especiais da Grande Vitória foram solucionados por meio de sentenças de mérito proferidas, com o auxílio dos juízes leigos.**

COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA/ES  
 RESULTADOS ESTATÍSTICOS DOS MUTIRÕES DE AIJ'S PROMOVIDOS EM 2012



MÉDIA DE AIJ'S AGENDADAS/ DESIGNADAS (POR MUTIRÃO)	MÉDIA DE AIJ'S REALIZADAS (POR MUTIRÃO)	MÉDIA DE ACORDOS (POR MUTIRÃO)
486,33	447	84,00
	92%	17,27%

MÉDIA DE SENTENÇAS COM DATA DE LEITURA MARCADA (POR MUTIRÃO)	MÉDIA DE SENTENÇAS DE MÉRITO HOMOLOGADAS EM AUDIÊNCIA (POR MUTIRÃO)	MÉDIA DE SENTENÇAS DE EXTIÇÃO SEM MÉRITO (POR MUTIRÃO)
237,67	42,67	15,50
48,87%	8,77%	3%

MÉDIA DE AUDIÊNCIAS NÃO REALI- ZADAS POR AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DAS PARTES (POR MUTIRÃO)	MÉDIA DE PROCESSOS RESOLVIDOS (POR MUTIRÃO)
39,33	412,50
8,09%	84,82%



# Tribunal Pleno

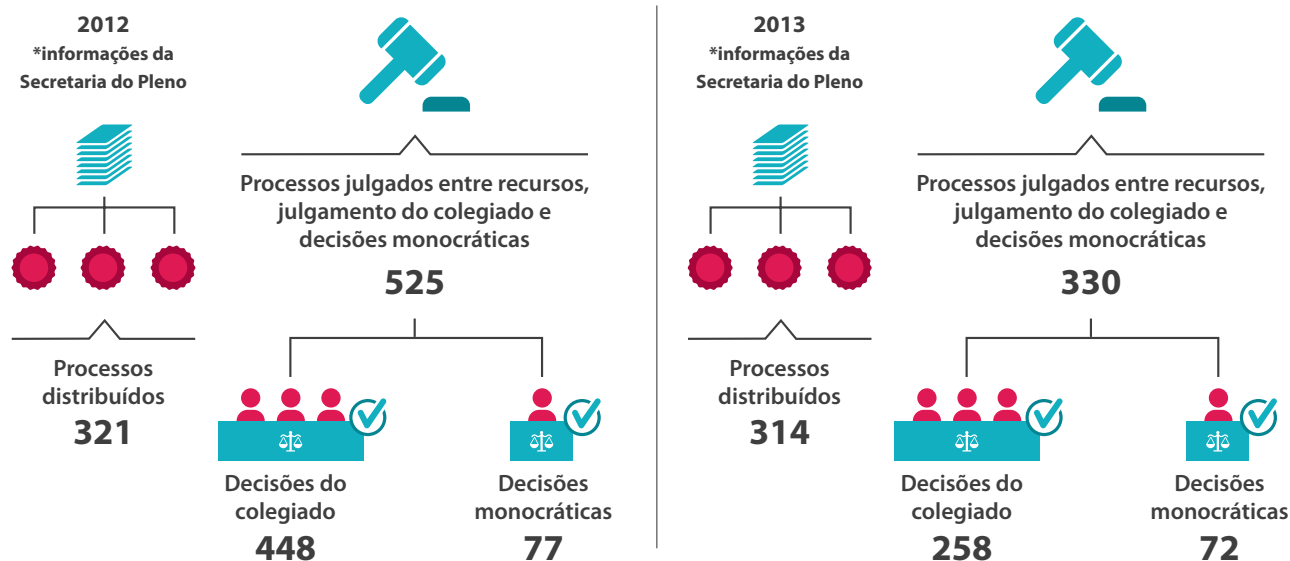
A adoção de pautas temáticas nas sessões do Pleno do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) foi uma das primeiras medidas da gestão do desembargador Pedro Valls Feu Rosa, por meio do Ato Normativo 06/2012, prevalecendo nos dois primeiros meses do mandato.

Com isso, os desembargadores puderam agilizar os julgamentos, acelerar a tramitação dos processos e aumentar a segurança jurídica das decisões, uma vez que recursos de natureza semelhantes passaram a ser julgados no mesmo dia, auxiliando na uniformização da jurisprudência do Judiciário Estadual.

O resultado da medida foi que a Mesa Diretora conseguiu esvaziar a pauta de julgamentos em pouco tempo, de tal forma que foi registrada a queda de 150 para 30 processos apreciados ou julgados por sessão.

*Notória também foi a aprovação do projeto que resultou na Lei Complementar 661/2012, assinada pelo governador Renato Casagrande e publicada no Diário Oficial de 26 de dezembro de 2012, promovendo a reestruturação do Poder Judiciário.*

## DEMONSTRATIVO ESTATÍSTICO



# Vara Especializada em Improbidade Administrativa

A Vara Especializada em Improbidade Administrativa foi instalada por meio da Resolução 005/2012. Com aprovação do TJES ficou, então, instituída a 3ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública Estadual de Vitória.

Trata-se de uma unidade judicial especializada em julgamento de ações de improbidade administrativa, destinada a julgar, também, ações populares em tramitação no Poder Judiciário capixaba.

Para realizar os trabalhos foi firmada uma parceria entre o TJES e o TCEES, na gestão do conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo, para propiciar cooperação técnica visando à Corte de Contas subsidiar os magistrados e dar maior celebridade na apreciação de processos.

A 3ª Vara da Fazenda Pública de Vitória foi instalada no Palácio da Justiça, em 06 de fevereiro de 2012 e contou com a colaboração de duas dezenas de magistrados atuando em regime de mutirão na apreciação dos processos.

## DEMONSTRATIVOS ESTATÍSTICOS

Biênio 2012/2013



**177**

sentenças prolatadas em Ações de Improbidade Administrativa



**29**

sentenças em Ações Populares

# Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos

O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais e de Solução de Conflitos foi criado em 2011 com o objetivo de consolidar políticas públicas de incentivo e aperfeiçoamento dos mecanismos processuais no âmbito do Tribunal de Justiça por meio de implantação de métodos alternativos de solução de conflitos.

E para realizar as metas foram feitos mutirões temáticos, cursos de aperfeiçoamento com ênfase na introdução de métodos alternativos e treinamento de servidores. Dentre outras ações foi implantado o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania em Vila Velha (CEJUSC).

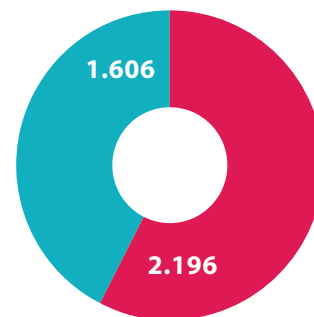
Os trabalhos desenvolvidos buscaram atender, na íntegra, a Resolução 125/10 do CNJ e regulamentar a Mediação no âmbito do PJES.

## AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO

Organizadas pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, as audiências possibilitaram a homologação de 5.263 acordos.

No âmbito do primeiro e segundo graus, foram computadas um total de 10.120 audiências.

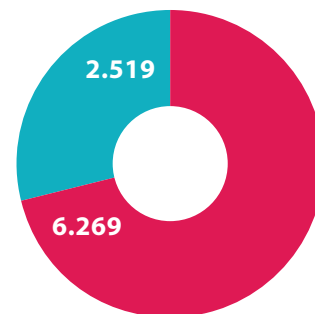
Ano 2012



- Audiências realizadas
- Acordos homologados

Total em dinheiro: R\$ 24.061.350,88

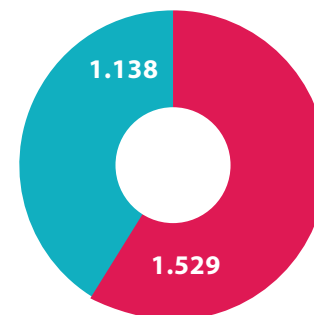
Semana Nacional de Conciliação



- Audiências realizadas
- Acordos homologados

Total em dinheiro: R\$ 5.602.937,49

Ano 2013



- Audiências realizadas
- Acordos homologados

Total em dinheiro: R\$ 5.136.170,90

# Precatórios

A Central de Conciliação de Precatórios do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo foi criada em 2009 com o objetivo de restabelecer o pagamento de precatórios em débito do Estado e de vários Municípios, diante do notório inadimplemento, que já durava décadas.

Com a criação da CEPRES, foram marcadas e realizadas audiências de conciliação, cujos resultados beneficiaram inúmeros credores, em especial, centenas de professoras da rede pública estadual, que aguardaram por anos o recebimento de seus créditos.

São atividades fins da Cepres o levantamento atualizado dos débitos para a quitação dos provisionamentos pendentes; gestão das Contas Especiais, listagens de Precatórios e Preferências para agilizar a quitação; Controle das receitas correntes dos entes devedores, para fins de apurar e exigir os repasses financeiros devidos; controle dos registros de precatórios, inscrições e baixas; e aperfeiçoamento das rotinas internas; ampliação da estrutura física, humana e material; desenvolvimento do Sistema Eletrônico de Gestão de Precatórios.

No início do biênio, havia cerca de 1177 precatórios pendentes de pagamento referentes ao Estado. Os precatórios foram, em suma, quase quitados em sua totalidade. Ao final, resta apenas 01 pendente de pagamento, além dos precatórios oriundos da Trimestralidade que ainda se encontram *sub judice* por ordem do STF.

Quanto aos Municípios, dos 78, 56 se encontravam no regime especial de pagamento. No final do exercício 2012/2013, apenas 17 municípios encontram-se no regime especial.

Com relação aos precatórios do INSS encontram-se no regime jurídico comum.



Ao receber o Precatório, Seu José comprou uma casa própria.

## DEMONSTRATIVO ESTATÍSTICO

Conforme informações apuradas até 30/09/2013, as diligências realizadas no biênio promoveram os seguintes resultados:

Ente Devedor	VALOR DAS TRANSFERENCIA FINANCEIRAS NO BIENIO			VALOR PAGO PRECATÓRIOS	SALDO DISPONÍVEL EM CONTA - SET/13
	Recebido até SET/13	Previsão a receber até DEZ/13	TOTAL GERAL-BIENIO		
Estado	317.502.787,08	55.000.000,00	372.502.787,08	180.799.983,51	217.675.024,47
Municípios	86.714.556,73	20.421.839,45	107.136.396,18	95.131.266,67	25.949.876,81
<b>TOTAL</b>	<b>404.217.343,81</b>	<b>75.421.839,45</b>	<b>479.639.183,26</b>	<b>275.931.250,18</b>	<b>243.624.901,28</b>

Redução do acervo de precatórios:

Ente Devedor	ACERVO DE PRECATÓRIOS				ACERVO ATUAL
	Inicial	Inscritos Biênio	TOTAL	Pagos Biênio	
Estado	1177	168	1345	1065	280
Municípios	907	154	1060	499	562
<b>TOTAL</b>	<b>2084</b>	<b>322</b>	<b>2405</b>	<b>1556</b>	<b>842</b>

NOTA: se levarmos em consideração os pagamentos previstos com base no Dec. Estadual nº 3396R (26/09/13), q/ autoriza o pagto por Ordem Crescente de Valor (OCV), será possível quitar quase a totalidade dos precatórios (valores já provisionados), restando apenas 01 pendente. Tal fato colocará o estado do Espírito Santo em situação nunca antes experimentada – no regime comum de pagamento de precatórios (situação regular). Além desses há sub judice por determinação do STF os precatórios da TRIMESTRALIDADE.



# 3 - Administrativo

RELATÓRIO DE GESTÃO BIÊNIO 2012-2013

# Secretaria Geral

## REESTRUTURAÇÃO DO JUDICIÁRIO E ISONOMIA

A gestão 2012-2013 deixa como um de seus principais legados a Lei Complementar 661/2012, originária de um anteprojeto da Mesa Diretora, aprovado pelo Pleno do Tribunal de Justiça, reestruturando o Poder Judiciário do Espírito Santo. A lei foi sancionada pelo governador Renato Casagrande no dia 21 de dezembro de 2012, após aprovada pela Assembleia Legislativa.

Uma das inovações da Lei 661/2012 foi acabar com as entrâncias no Poder Judiciário, com a redução da carreira de magistrado a apenas três níveis: Juiz Substituto em início de carreira, Juiz de Direito e Desembargador. Com isso, acaba a diferença de vencimentos, que antes ocorria entre magistrados de entrâncias diferentes e é estabelecida isonomia salarial na magistratura. A lei de reestrutura determina também que nenhuma Comarca poderá permanecer sem juiz titular, estabelece critérios de gratificação devida a Diretor do Foro e aumenta a composição do Pleno para 30 desembargadores.

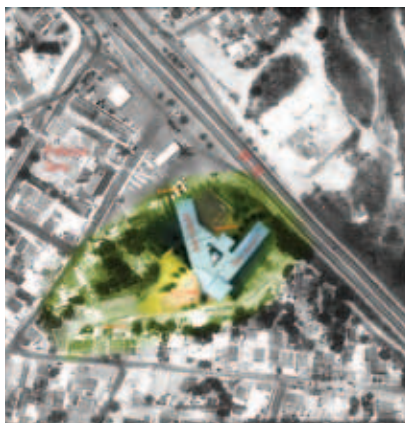


## CONSTRUÇÃO DE NOVOS FÓRUNS

Fortalecendo o relacionamento institucional, o Poder Judiciário e o Poder Executivo Estadual firmaram convênios para a construção de novos fóruns em dez cidades capixabas. O primeiro acordo foi para construir o novo Fórum Moniz Freire, em Vitória, numa área da Ilha do Príncipe, contribuindo para a reurbanização e a humanização da região em torno da Rodoviária de Vitória.

Outro município da Região Metropolitana que ganhará novo prédio para a Justiça será Serra, onde as unidades judiciárias estão espalhadas, dificultando o acesso público. São 24 unidades no Juízo da Serra, mas já tem criadas mais 12 Varas, sendo quatro de Família e oito Cíveis. A instalação, entretanto, será feita após a conclusão do novo edifício.

O segundo convênio assinado pelo Judiciário e o Executivo visa à construção de novos fóruns em oito municípios do interior do Estado: Castelo, Rio Novo do Sul, Fundão, João Neiva, Mimoso do Sul, Bom Jesus do Norte, Alegre e Anchieta. As prefeituras são parceiras dos projetos, cedendo as áreas. Cabe à Justiça o projeto arquitetônico e ao Estado a construção.





PROTOCOLO DE INTENÇÕES

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PROTOCOLO DE INTENÇÕES QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E O GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo seu Presidente Desembargador Pedro Valls Feu Rosa, e o GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo Governador José Renato Casagrande, assinam termo e presente Protocolo de Intenções mediante as cláusulas e condições nele contidas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO**  
O presente Protocolo de Intenções tem por finalidade fortalecer a articulação institucional entre os entes supracitados, objetivando a implementação de ações conjuntas a fim de permitir a construção de edifícios que irão abrigar as instalações dos Fóruns das Comarcas de Castelo, Rio Novo do Sul, Fundão, João Neiva, Mimosa do Sul, Bom Jesus do Norte, Alegre e Anchieta, visando otimizar a prestação jurisdicional nos Municípios, no menor período possível.

compromisso de atuar de maneira articulada e em parceria, propondo as condições necessárias para prover as reformas estruturais de estrutura física adequada aos serviços jurídicos.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ATRIBUIÇÕES DAS PARTES**

1 - Compete ao Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo:  
Elaboração dos Projetos Arquitetônicos.

2 - Compete ao Governo do Estado do Espírito Santo:  
Elaboração dos Projetos Complementares e realização das obras de construção dos edifícios.

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PROTOCOLO DE INTENÇÕES QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, O GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E O MUNICÍPIO DA SERRA.

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo seu Presidente Desembargador Pedro Valls Feu Rosa, e o GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo Governador José Renato Casagrande e o MUNICÍPIO DA SERRA, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo Prefeito Luciano Charles Pimentel Barcelos, resolvem firmar o presente Protocolo de Intenções mediante as cláusulas e condições nele contidas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO**  
O presente Protocolo de Intenções tem por finalidade fortalecer a articulação institucional entre os entes supracitados, objetivando a implementação de ações conjuntas a fim de permitir a construção de edifício que irá abrigar as instalações do Fórum de Serra, visando otimizar a prestação jurisdicional no Município, no menor período possível.

condições necessárias para prover a Junta de Servidores do estatuto fiscal adequada aos serviços jurídicos.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ATRIBUIÇÕES DAS PARTES**

1 - Compete ao Município de Serra:  
Efetuar esforços no sentido de promover a permissão na utilização das seguintes áreas de terra abaixo descritas, para o Governo do Estado do Espírito Santo, visando efetuar a construção do novo Fórum de Serra.

a) Área de 4.600,00 m<sup>2</sup> referentes aos lotes 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07 de Quadra 17, localizada na Rodovia BR 101, no loteamento Residência, no

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PROTOCOLO DE INTENÇÕES QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, O GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E O MUNICÍPIO DE VITÓRIA.

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo seu Presidente Desembargador Pedro Valls Feu Rosa, e o GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representado pelo Governador José Renato Casagrande e o MUNICÍPIO DE VITÓRIA, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representado pelo Prefeito Luciano Santos Rezende, resolvem firmar o presente Protocolo de Intenções mediante as cláusulas e condições nele contidas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO**  
O presente Protocolo de Intenções tem por finalidade fortalecer a articulação institucional entre os entes supracitados, objetivando a implementação de ações conjuntas a fim de permitir a construção de complexo edilício que irá abrigar: Terminal BRT (Bus Rapid Transit); Estacionamento e Fórum de Vitória, visando otimizar a prestação jurisdicional neste Município bem como contribuir para uma mobilidade urbana rápida, confortável, segura e eficiente, no menor período possível.

compromisso de atuar de maneira articulada e em parceria, propondo as condições necessárias para prover o Município de Vitória os estruturas físicas adequadas aos serviços jurídicos, bem como de Termos BRT na região da Ilha do Príncipe.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

E, por estarem as partes públicas e acordadas, firmam entre si o presente instrumento elaborado em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vitória, 06 de novembro de 2013.

Participes:

**PEDRO VALLS FEU ROSA**  
Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo

**JOSÉ RENATO CASAGRANDE**  
Governador do Estado do Espírito Santo

Witnesses:  
Mário Antônio de Castro - ES  
Marta Aparecida dos Santos Freitas - ES  
Mário Antônio de Castro - ES  
Ronaldo José de Oliveira - ES  
Paula Roberta Cyrus de Oliveira Leite - ES

Witnesses:  
Mário Antônio de Castro - ES  
Paulo Lemos Batista - ES  
Mário Antônio de Castro - ES  
Paulo Lemos Batista - ES

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

E, por estarem as partes públicas e acordadas, firmam entre si o presente instrumento elaborado em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Serra, 01 de outubro de 2013.

Participes:

**PEDRO VALLS FEU ROSA**  
Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo

**JOSÉ RENATO CASAGRANDE**  
Governador do Estado do Espírito Santo

**AUDIFAX CHARLES PIMENTEL BARCELOS**  
Prefeito do Município de Serra

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

E, por estarem as partes públicas e acordadas, firmam entre si o presente instrumento elaborado em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vitória, 05 de setembro de 2013.

Participes:

**PEDRO VALLS FEU ROSA**  
Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo

**JOSÉ RENATO CASAGRANDE**  
Governador do Estado do Espírito Santo

**LUCIANO SANTOS REZENDE**  
Prefeito de Vitória

# Secretaria Judiciária

## PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

### Coordenadoria de Gestão da Informação Documental

- Publicação de um Ato normatizando o funcionamento da Seção de Arquivo (Ato Normativo nº 82/2013 de 04 de julho de 2013 e a locação de um imóvel ao lado da galpão de Gurigica para ampliar o espaço do arquivo.
- Adequação do setor para utilizar a tabela de classificação do Conselho Nacional de Justiça (Resolução nº 42/2013 de 09/09/13).
- Contratação de empresa terceirizada para organização do arquivo das Comarcas de Vila Velha, Cariacica, Cachoeiro de Itapemirim, Guaçuí, Anchieta, Mimoso do Sul, Linhares, Conceição da Barra, Aracruz, São Mateus, Colatina, Montanha, Barra de São Francisco, Baixo Guandú e São Gabriel da Palha.
- Contratação de uma nova empresa especializada na prestação do serviço técnico de organização, guarda e digitalização do acervo documental do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.
- Mutirões utilizando mão de obra de apenados, o que foi de grande valia para a seção de arquivo.
- Na Biblioteca, foi adquirido um sistema para automação da Biblioteca. Catalogação e gerenciamento dos livros, periódicos, revistas, leis e o acervo de modo geral existentes na Biblioteca do Tribunal de Justiça.
- Criação do Diário Eletrônico com o objetivo de integrar os cartórios/secretarias facilitando o recebimento das matérias pelo Diário Eletrônico otimizando o tempo de publicação.
- Padronização das rotinas cartorárias.

- Implantação do "Vale Social", Resolução 16/2013, alcançando a celeridade e a objetividade para prestação jurisdicional.

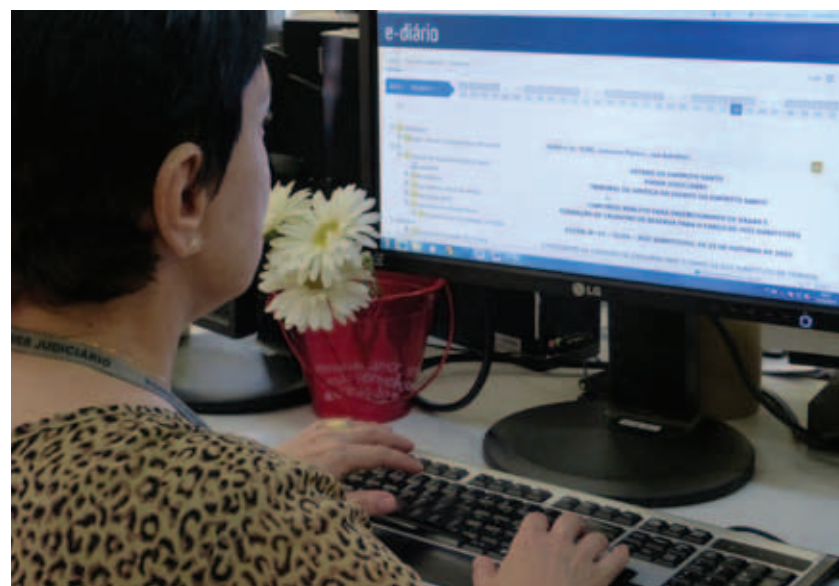
### Coordenadoria de Taquigrafia

- Extinção dos arquivos de papel, prática realizada desde a sua implantação e, ainda, das antigas fitas K7.
- Valorização dos servidores que atuam como revisor.
- Aperfeiçoamento das mídias utilizadas para gravação das sessões.

O objetivo das ações foi cumprir as metas estabelecidas, prestando um serviço de qualidade, com celeridade e dentro do prazo estabelecido. Além do atendimento com presteza e eficiência aos assessores, desembargadores, advogados e partes.

Continuar a organização da Seção de Arquivo de Vitória e de Vila Velha de modo a tratar a documentação histórica a fim de possibilitar o acesso da população à evolução da Justiça.

Quanto ao Vale Social, conseguimos proporcionar a parte hipossuficiente condições para atender às determinações da Justiça Estadual, sem que haja o comprometimento da renda familiar das partes envolvidas.



# Secretaria de Engenharia, Gestão Predial e Manutenção de Equipamentos

## PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

### Coordenadoria de Gestão Predial e Manutenção de Equipamentos

- Visitas técnicas às comarcas da Grande Vitória e do interior, levantando as necessidades existentes.
- Manter em plenas condições de uso, grupos geradores de energia elétrica do Poder Judiciário com o objetivo de abastecer o Prédio do TJES em caso de falta de alimentação da Concessionária Edp Escelsa. Para que fosse possível essa manutenção foram feitos levantamentos das necessidades, elaboração de Termos de Referência e contratação de empresa para execução dos serviços.
- Aquisição de materiais de construção para utilização nas manutenções prediais com o objetivo de evitar falta de recurso material para pequenas intervenções na conservação predial.
- Pequenos reparos em imóveis utilizados pelo Judiciário.
- Adequação de layout para melhorar a circulação e organização do ambiente em diversas estruturas do PJES.
- Reparos emergenciais decorrentes de ações não previstas.
- Manutenção de 16 elevadores e plataformas elevatórias de todos os edifícios que possuem esses equipamentos.

- Manutenção de aparelhos de ar condicionado, além do sistema de condicionamento central do Prédio do TJES.
- Manutenção das subestações elétricas e dos portões automáticos.
- Aquisição de materiais elétricos para realização de manutenções elétricas.

### Coordenadoria de Projetos

- Desenvolvimento de projetos arquitetônicos e complementares de engenharia para execução dos serviços de manutenção predial, reformas de pequeno, médio e grande porte, nos fóruns de João Neiva, Fundão, Castelo, Rio Novo do Sul, Laranja da Terra, Serra, Boa Esperança, Itapemirim, prédio antigo da 8ª Vara Criminal de Vila Velha, Prédio do TJES e Fórum de São Mateus.
- Elaboração de projeto de adequação de tomadas do Fórum da Serra de acordo com o novo padrão NBR 14136.
- Elaboração de projeto arquitetônicos de reforma de imóveis diversos – IASES (Vila Velha e Vitória), CIM (Linhares e Marataízes) e Juizados Cíveis e Criminais de Viana.
- Elaboração de projeto de proteções contra descargas atmosféricas nos Fóruns de Conceição do Castelo, Marechal Floriano, Laranja da Terra, Castelo, Mimoso do Sul, Boa Esperança, João Neiva, Arquivo Geral da Justiça capixaba e Prédio do TJES.
- Elaboração de projeto de sonorização do Fórum de Marechal Floriano.
- Elaboração de termos de referência os serviços de topografia e sondagem no prédio do TJES e Fórum de Fundão e também para construção de novos fóruns nas cidades de João Neiva, Castelo, Fundão, Rio Novo do Sul, Mimoso do Sul, Alegre. Além da contratação de empresa especializada para executar os serviços de manutenção corretiva do CAJE, preditiva e preventiva das subestações de 29 comarcas, e de consultoria para modernização dos elevadores do Prédio do TJES e do Fórum da Serra.
- Levantamento das necessidades de mobiliário, divisórias para diversos setores do PJES a fim de elaborar layout e elaboração de termo de referência específico para contratação de empresa.
- Projeto de adequação da parte elétrica do sistema de ar condicionado da CGJES.

- Elaboração de projeto de adequação para passagem de fibra ótica no Prédio do TJES.
- Elaboração de projeto de reforma elétrica e de cabeamento estruturado nos fóruns de Serra, Boa Esperança, Conceição do Castelo, Marechal Floriano, Laranja da Terra, João Neiva, Rio Novo do Sul, Vara Criminal do Fórum de Aracruz, Arquivo Geral da Justiça Estadual, 2º Juizado da Infância e Juventude da Serra, 8ª Vara Criminal de Vila Velha, Central de Abertura de Processos de Vila Velha, Fórum de Venda Nova do Imigrante e Itapemirim e Centrais Multidisciplinares.
- Fiscalização de contratos de elaboração de projeto de:
  - a) Estrutura metálica de mezaninos e estacionamento do Tribunal de Justiça, com análise do memorial descritivo;
  - b) Projeto de reforço da estrutura do salão do Júri em Marilândia;
  - c) Projeto de reforço de fundação do Fórum de Boa Esperança;
  - d) Projeto de topografia do Fórum de Alegre e de Fundão;
  - e) Análise dos produtos do contrato de topografia da Comarca de Alegre e de Fundão;
  - f) Projeto elétrico, cabeamento estruturado e sonorização do Prédio da Corregedoria;
  - g) Projeto elétrico, cabeamento estruturado e SPDA (para-raios) do Fórum da Serra;
- Elaboração de projeto estrutural para adequações dos Fóruns de São José do Calçado e Linhares.

- Elaboração de projetos estruturais e hidrossanitários de reformas no Arquivo Geral da Justiça estadual, Fóruns da Serra, Guarapari, Itapemirim, Vila Velha, Linhares, Conceição do Castelo, Laranja da Terra, Mucurici, Boa Esperança, São José do Calçado, Linhares, CAJE, Protocolo Expresso e Prédio do TJES.
- Avaliação de imóveis para locação de setores dos Fóruns de Santa Tereza, Bom Jesus do Norte, Ecoporanga, Linhares e Castelo.

#### **Coordenadoria de Fiscalização de Obras**

- Reforma de Manutenção do Fórum de Alfredo Chaves.
- Reforço da fundação existente no Fórum de Boa Esperança.
- Reforço estrutural do salão do Júri, abertura de vão para unificação dos Cartórios de 2º e 3º Ofícios e reparos na impermeabilização da cobertura do Fórum de Marilândia.
- Contratação de empresa para execução de suporte para apoio de caixa d'água do Fórum da Comarca de Mucurici.
- Serviços de correção de infiltrações realizados nas instalações do Fórum de Atílio Vivacqua.
- Instalação de gradil com portões no entorno dos Fóruns de Cariacica e Aracruz.

- Manutenção predial no Fórum de Colatina.
- Fornecimento e instalação de cobertura em policarbonato para atender às necessidades dos Fóruns das Comarcas de Cachoeiro de Itapemirim e Marataízes.
- Reforma dos Fóruns de Domingos Martins, Afonso Cláudio, Agua Doce do Norte, São Mateus e Linhares.
- Cercamento do Fórum de Piúma.
- Cobertura da área de serviço em Fórum de Vargem Alta.
- Fiscalização do serviço de manutenção corretiva da subestação do CAJE; fiscalização do projeto elétrico e cabeamento estruturado do 2º pavimento da Corregedoria Geral da Justiça.

Por fim, foram feitos levantamentos dos principais pontos críticos que prejudicavam o andamento dos serviços, bem como geravam retrabalhos e, a partir dessa análise, foram estabelecidos no ano de 2012 fluxos de trabalho interno, manuais e instrumentos auxiliares para subsidiarem os servidores no andamento dos serviços realizados e trâmites a serem seguidos.

Percebeu-se que esse é um processo contínuo, que necessita e está em constante aperfeiçoamento, devido ao surgimento de novas demandas.

## Demonstrativo Estatístico

A manutenção predial visa atender às seguintes comarcas:





Layout dos projetos arquitetônicos: acima, Fórum da Comarca de Alegre, e abaixo, Fórum da Comarca de Immoso do Sul.



# Secretaria de Infraestrutura

A Secretaria de Infraestrutura tem como atribuição principal atuar como fator de integração entre as Coordenadorias e Seções, acompanhando o andamento dos projetos e apontando os pontos de convergência na solução dos problemas, bem como acompanhar a execução de todos os contratos em suas diversas áreas: Seção de Material de Consumo, Seção de Patrimônio, Seção de Compras, Seção de Contratação, Seção de Transporte e Seção de Zeladoria.

## PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

- Otimização do Espaço Físico.
- Logística de Entrega de Materiais e Logística Reversa.
- Agilidade nas Renovações de Contratos.
- Descentralização das Macroações.
- Implantação de Norma de Procedimentos para Gestão Patrimonial.
- Desenvolvimento do Fluxo de Rotinas Administrativas Internas.
- Gerenciamento dos Procedimentos Licitação.
- Metodologia da Estatística Descritiva na Formação de Preços.
- Contratação de Empresa para Compor Preço Referencial de Materiais.
- Área de Conservação e Limpeza (Fóruns): Foi adotada a entrega de materiais de limpeza de forma unificada para



todas as Comarcas, sendo a solicitação encaminhada ao Supervisor da Contratada de forma que todos os Fóruns recebam os materiais de limpeza no início de cada mês.

- Aquisição de materiais/utensílios de copa/cozinha a fim de possibilitar um melhor atendimento aos Magistrados, Servidores e Jurisdicionados.
- Contratação de mais motoristas para as Centrais Multidisciplinares e as antigas Comarcas de Segunda Entrância.
- Serviço de Cartão Combustível, Lavagem de Veículos e de Borracharia.
- Contratação de Telefonistas para as Centrais Multidisciplinares.



# Secretaria de Tecnologia da Informação

A Secretaria de Tecnologia da Informação tem o papel de prover condições para melhorar o desempenho organizacional do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) em busca de contribuir com as atividades e soluções por meio dos recursos de computação, que visam a produção, o armazenamento, a transmissão, o acesso e o uso das informações. A Secretaria também busca prover soluções tecnológicas efetivas para que o Judiciário cumpra sua função institucional, por meio da adoção das melhores práticas de gestão.

- Aumento do nível de capacidade do processo de atendimento *in loco*, realizando atendimento às Comarcas em melhor tempo, de acordo com níveis de serviço.
- Apoio à Assessoria Institucional de Segurança e à seção de manutenção.
- Melhorar o cabeamento das Comarcas que estão em estado emergencial.
- Foi alcançado maior nível de maturidade no processo de Gerenciamento da Central de Serviço e Incidentes.
- Padronização de 100% do atendimento, com contratação de serviço de *help desk* 1º e 2º níveis.
- Melhorar a estrutura física de atendimento presencial e remoto.
- Separação dos canais de atendimento: interno (para servidores) e externo (para advogados e partes).
- Criação de fluxo de cadastro de usuários e proce-

dimentos para reativação das senhas no ambiente do PJES.

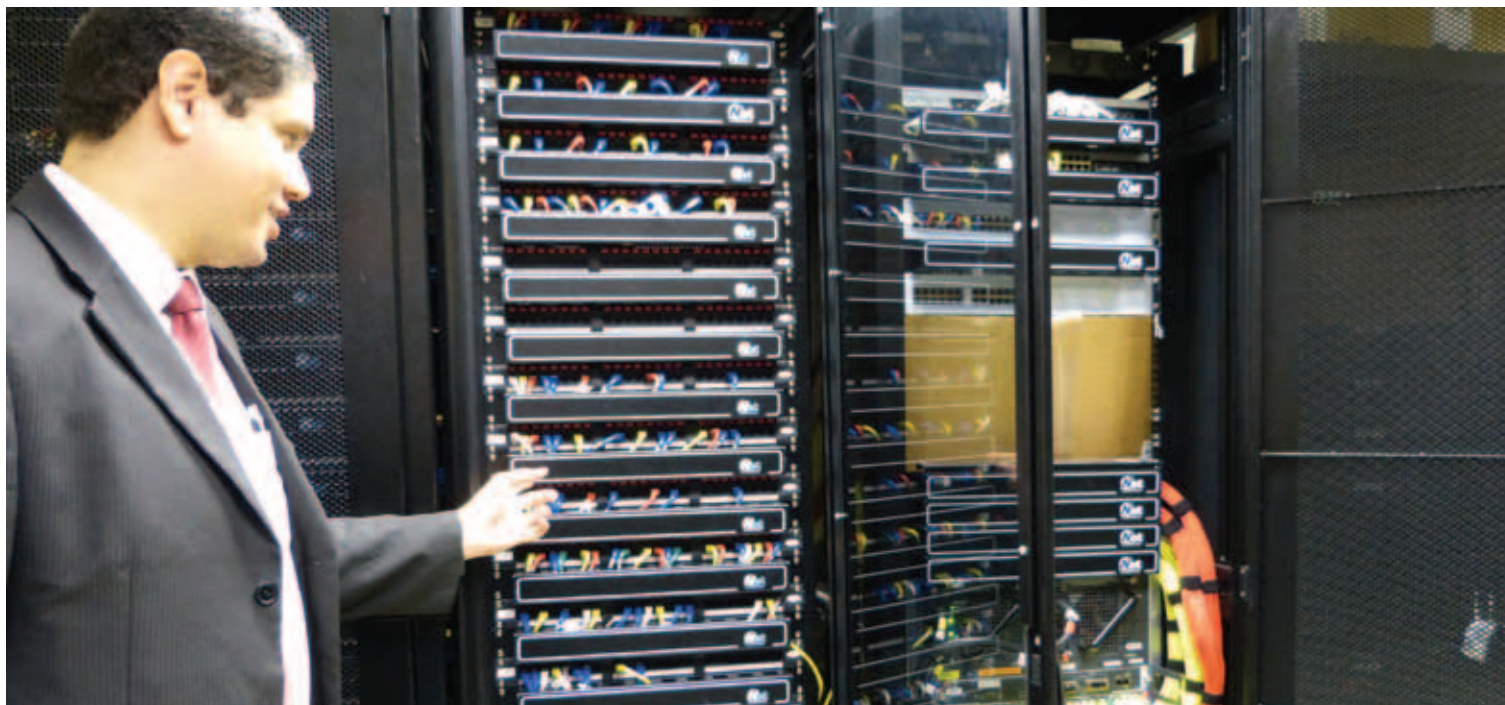
- Conclusão dos projetos de: virtualização dos servidores de aplicação, reestruturação dos ambientes de sistema, reestruturação das políticas de acesso aos bancos de produção, reestruturação das políticas de BACKUP dos bancos, reestruturação interna dos bancos de dados.
- Aumento do nível de capacidade nos processos de governança e de gestão.
- Conclusão da implantação das funcionalidades pendentes para o e-diário.
- Aplicação de novo Portal do PJES, englobando informações dos Portais TJES e CGJES.
- Melhorar a acessibilidade de todos os sistemas web para plataformas móveis e pessoas com deficiência.
- Criação e adoção de manual de procedimentos da seção.
- Melhorar o gerenciamento dos ativos de rede e comuni-

cação a fim de reduzir custos operacionais.

- Implantação de software de gerência de ativos.
- Gerenciamento dos contratos relacionados às aquisições e prestações de serviços realizados.
- Promoção da continuidade dos projetos para não ocorrer (novamente) a defasagem.
- Planejamento do crescimento da área de suporte de TI no Poder Judiciário.
- Padronização da solicitação e entrega de equipamentos conforme necessidades de negócio dos usuários de TI.
- Aumento do nível de capacidade do processo de manutenção, realizando o atendimento em melhor tempo.
- Execução da interligação das centrais telefônicas para reduzir custos com ligações interurbanas e para celular.
- Implantação da URA e grupos de atendimento para propiciar ferramentas de gestão de atendimento.



- Contratação de aceleradores WAN, Rede Wireless, serviços de Cabeamento Estruturado, serviços de Interligação dos Data Centers WAN - TJES x Vila Velha.
- Implantação do gerenciamento dos projetos de contratação de Ativos de Rede 1º grau, de equipamentos de Telefonia, de lâminas para Ativos TJES, ativos de Rede DataCenter e Central Telefônica para os fóruns do interior.
- Desenvolvimento de plano de segurança de TI definindo as responsabilidades pela segurança de TI.
- Capacitação em normas ISO relativas a segurança e outros sistemas da seção (IDM, Designer, Access Manager).
- Criação e operacionalização do escritório de segurança da informação (com atribuições e procedimentos).
- Desenvolvimento de plano de segurança de TI definindo as responsabilidades pela segurança de TI.
- Capacitação em normas ISO relativas a segurança e outros sistemas da seção (IDM, Designer, Access Manager).



# Secretaria de Gestão de Pessoas

## PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

### Coordenadoria de Pagamento de Pessoal

- Contratação de Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos e de Folha de Pagamento.
- Encontra-se em fase de elaboração de Minuta de Termo de Convênio para possível cessão do Sistema SIHARES utilizado pelo Governo do estado do Espírito Santo.
- Desenvolvimento da contratação de Sistema de Consignação de Folha de Pagamento
- Disponibilização de sistema de consignação de margem.

### Coordenadoria de Recursos Humanos

- Implementar a reestruturação no âmbito administrativo da sede do Tribunal de Justiça.
- Reorganização dos Setores do PJES, cuja nomenclatura foi alterada e também o quadro funcional a fim de atender o determinado na Lei Complementar nº 566/10.
- Realocação de todo o quadro funcional do Tribunal a fim de atender ao estabelecido na Lei Complementar nº 566/10 para cada Secretaria, Coordenadoria, Seção, Diretoria de Câmara e Gabinetes.

### Coordenadoria de Serviços Psicossociais e de Saúde

- Preparação para Aposentadoria (PPA) com objetivo de orientar, esclarecer, e estimular a reflexão sobre os aspectos que envolvem a aposentadoria.
- Programa de Valorização do Servidor – Ciclo de Palestras Motivacionais.
- Projeto de Qualidade de Vida no Trabalho com ênfase na realização de pesquisa diagnóstica de qualidade de vida no Trabalho em todas as comarcas do Estado.
- Projeto Natal Social que fortalece ações em rede com instituições parceiras sem fins econômicos, no contexto do Terceiro Setor.
- Assessoria Técnica às Centrais de Apoio Multidisciplinares de forma a contribuir na estruturação dos fluxos de trabalho destas unidades, bem como mediar conflitos entre servidores e magistrados.
- Capacitação da equipe de acordo com a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde Mental – CIF
- Intervenções psicossociais e de saúde nos diversos setores administrativos, varas e cartórios.
- Implementação do Programa Justiça Sustentável que estimula a mudança de cultura organizacional com ênfase no consumo consciente.
- Por meio do Projeto Ingredientes, o mercado de gastronomia tem a oportunidade de receber anualmente novos profissionais que adquiriram conhecimentos técnicos atualizados.
- Criação do Projeto Adolescente Aprendiz que visa a contratação de adolescentes nas idades entre 14 e 18 anos de baixa renda.
- Implantação do Projeto Saúde Legal que contempla campanhas direcionadas

como por exemplo, a doação de órgãos, além de palestras, oficinas e grupos de trabalho.

- A partir do Projeto Saúde Financeira, servidores foram capacitados para o desenvolvimento de uma administração monetária mais eficaz do orçamento familiar.
- Campanha permanente para difusão dos valores éticos e morais que visa a participação do servidor na construção do Código de Ética do PJES.
- Recadastramento de Servidores e Magistrados Ativos e Inativos do PJES.
- Realização de trabalho de alinhamento de Gestão e Desenvolvimento de Lideranças por meio de Workshop com a participação de gestores do PJES.

Enfatizamos que, nossas ações, desenvolvidas por uma equipe multiprofissional qualificada, têm como foco a valorização do servidor e do magistrado, na busca constante pela ampliação da saúde no trabalho.

No tocante à área de RH, importante ressaltar que para implantar o disposto na Lei nº566/10 e adequar a nova estrutura administrativa e organizacional do Tribunal de Justiça foi necessário a exoneração de servidores ocupantes de cargos em comissão que não exerciam funções de Chefia, Assessoramento e Direção, bem como a nomeação dos candidatos aprovados no último Concurso Público do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo para prover os cargos criados pela Lei nº 566/10 e ainda proceder a adequação da 1ª instância ao disposto nas Leis Complementares nº 567/10, nº 577/10 e alterações, como também a nomeação dos candidatos aprovados no último Concurso para os cargos da 1ª instância.

Com a reestruturação do Judiciário, o impacto maior na 1ª instância foi sentido, no que se refere à reorganização da área de Recursos Humanos com a sua unificação. O que antes era tratado pela Corregedoria Geral da Justiça, a partir de 2012 passou a ser gerido no âmbito da Coordenadoria de Recursos Humanos. Todos os servidores do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo passaram a ter seus dados funcionais vinculados a esta Coordenadoria de Recursos Humanos.



# Secretaria de Finanças e Execução Orçamentária



A Secretaria de Finanças e Execução Orçamentária é responsável por todas as operações de natureza orçamentária, financeira e patrimonial ocorridas no Tribunal de Justiça do Espírito Santo.

Um dos principais projetos desenvolvidos na gestão foi a implantação do Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade do Espírito Santo (SIGEFES), ferramenta distribuída gratuitamente pelo Governo do Estado para atender a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e parâmetros estabelecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Atualmente, é utilizado um sistema resultante de locação para execução de Orçamento, Finanças e Contabilidade, que não atende todas as exigências das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Outro fator que atrapalha a prestação de informações se dá porque é necessário o envio manual dos dados do Poder Judiciário ao Poder Executivo para consolidar as contas.

Outro destaque da Secretaria é a eficiência na gestão do suprimento de fundos por meio da adequação das normas de concessão, aplicação e prestação de contas aos moldes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e da Controladoria Geral da União (CGU).

Destaca-se também no período, a implantação e o fortalecimento dos controles de convênios e instrumentos congêneres do Poder Judiciário, considerando a fragilidade das informações sobre os termos existentes e gestão do mesmo.

A Secretaria de Finanças atuou de forma a garantir o fortalecimento da gestão dos contratos e atas de registro de preço

e, para isso, desenvolveu sistema informatizado para cadastro de todos os contratos, atas e gestores; cadastro de todos os termos; envio de alerta aos gestores avisando o vencimento no prazo de 90, 60 e 30 dias; regulamentação da gestão do Sistema de Contratos e designação de gestores.

Ainda buscou a regulamentação para que os processos de pagamento tramitem separado; e orientar aos gestores de contratos e atas de registro de preço acerca a legislação vigente e procedimentos adequados.

Entre os resultados alcançados está a disponibilização de consulta de todos os elementos financeiros no Portal da Transparência.

Dentre os objetivos do Setor que vêm sendo alcançados, os destaques são: o mapeamento dos procedimentos dos processos de convênios e termos; identificação dos termos existentes no Poder Judiciário e das partes envolvidas nos trâmites dos processos de convênios e termos; criação de um arquivo físico estruturado e organizado para dados, informações e documentos; criação de um banco de dados lógico, estruturado e organizado com controle de prazos; designação de fiscais para acompanhamento; e disponibilização das informações no Portal da Transparência.

# Secretaria de Controle Interno

Instituída por meio da Resolução nº 47/2009, e da Resolução nº 86/2009, ambas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a unidade administrativa de controle interno do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (TJES) - atual Secretaria de Controle Interno - encontra-se estruturada com base na Lei Complementar Estadual nº 566/2010 – Lei de Reestruturação e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

Dentre as atividades desenvolvidas estão: elaboração de Relatórios de Acompanhamento e Gestão; emissão de pareceres em processos de nomeação de servidores e em processos de contratação com o Poder Judiciário; prestação de assistência e suporte às ações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES); implementação de Normas de Procedimentos, em atendimento à Resolução nº 227/2011 do TCE-ES; acompanhamento das recomendações ou determinações do CNJ e do TCE-ES, constantes em relatórios de auditoria.

Por fim, ressaltam-se as ações de capacitação de servidores realizadas ao longo do biênio 2012/2013, que reflete no fortalecimento da unidade de controle do TJES. Nesse sentido, promoveu-se a participação efetiva da equipe em cursos e palestras de treinamento e capacitação profissional, oferecidos pela Escola da Magistratura do Estado do Espírito Santo (EMES), pelo CNJ, pela Escola de Contas do TCE-ES e por empresas da iniciativa privada, principalmente em capacitações nas áreas das ações de auditoria programadas, bem como cursos de atualização de técnicas de auditoria interna, registro de preços, contratação direta, dentre outros.

As auditorias programadas pela Coordenadoria de Auditoria concentraram-se no atendimento aos convites encaminhados pelo CNJ para realização de auditorias simultâneas, cujos objetos foram criteriosamente especificados e o escopo previamente definidos, levando-se em conta os aspectos relacionados à relevância estratégica, materialidade, fragilidade de controles, legalidade e criticidade.

## **Coordenadoria de Acompanhamento de Gestão**

As ações de acompanhamento e gestão foram desenvolvidas e manifestadas de forma preventiva e concomitante.

A atuação prévia consubstanciou-se na expedição de instruções normativas, disciplinando os procedimentos administrativos a serem adotados, com a finalidade de evitar vícios ou desvios de finalidade.

No que tange ao controle concomitante, releva destacar que o mesmo ocorreu por meio da verificação da regularidade do ato em sua formação, evitando o cometimento de ilegalidades, falhas, desvios ou fraudes. Buscou-se, assim, o cumprimento dos princípios constitucionais

que norteiam a Administração Pública, na medida em que a atividade de controle foi realizada enquanto o ato administrativo estava sendo praticado.

Sob esta ótica, focou-se, em 2012, na emissão de pareceres em processos de nomeação de servidores e de contratação de bens e serviços.

A partir de 2013, a unidade de controle interno passou a adotar o conceito de Sistema de Controle Interno em implantação pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, em cumprimento ao disposto na Resolução TCE/ES nº 227/2011, com a entrada em vigor do Ato Normativo TJ/ES nº 135/2012.

Em cumprimento ao previsto na Resolução TCE/ES nº 227/2011, esta Secretaria de Controle Interno elaborou Ato Normativo dispondo sobre a implantação do “Manual de Rotinas Internas e Procedimentos de Controle do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo”, bem como instruções normativas que o compõem, objetivando à padronização dos procedimentos das unidades administrativas do Tribunal de Justiça.

# Escola da Magistratura do Estado do Espírito Santo - EMES

A Escola da Magistratura do Estado do Espírito Santo tem ofertado aos servidores e magistrados cursos, seminários e demais eventos capazes de disseminar saberes e de produzir significados na transposição da teoria para a prática, auxiliando efetivamente para uma maior eficiência dos trabalhos desenvolvidos no Poder Judiciário.

Para tanto, são oferecidos cursos de aperfeiçoamento profissional que visam a melhoria da prestação jurisdicional aos cidadãos capixabas

Para o próximo biênio, as metas serão: conclusão das obras de montagem de toda a estrutura das salas de cursos previstas para a EMES; aquisição e instalação dos materiais tecnológicos necessários às salas; ampliação da equipe; implantação do Ensino a Distância, para melhor atender aos magistrados e aos servidores das comarcas do interior do estado.



Seminários internacionais estão entre os eventos promovidos pela EMES.



# Assessoria de Cerimonial e Relações Públicas

A Assessoria de Cerimonial e Relações Públicas possui a atribuição de planejar, organizar e executar as solenidades, inaugurações e eventos demandados pela Presidência do TJES, entre eles eventos de grande porte, bem como eventos planejados por outros setores.

Na Gestão 2012/2013 a Assessoria de Cerimonial e Relações Públicas ampliou a atuação passando a funcionar como uma central de eventos, atendendo não só ao gabinete da Presidência do TJES mas também, a todos os setores do Poder Judiciário.

*Cada evento serviu para projetar o TJES no cenário local, nacional e internacional.*

## PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO PERÍODO

2012



**02 Solenidades de Posse de Desembargador**



**08 Audiências Públicas:**  
Orçamento Participativo, Anteprojeto da Lei Estadual das Execuções Penais e Saúde Pública;



**02 Seminários Internacionais**



**05 Instalações de Varas e Centros Integrados da Mulher**



**40 Visitas Monitoradas aproximadamente**



**40 eventos aproximadamente de diversos formatos entre eles:**  
Fóruns, Palestras, Seminários, Workshop, Encontro de Magistrados, Homenagens, Ciclos de Debates

2013



**09 Instalações de Varas, Juizados e Centro Integrado da Mulher**



**40 Visitas Monitoradas aproximadamente**



**01 Caravana da Justiça com realização em 07 Municípios**



**01 Seminário Internacional**



**02 Audiências Públicas:**  
Método APAC



**40 Eventos aproximadamente de diversos formatos entre eles:**  
Fóruns, Palestras, Seminários, Workshop, Encontro de Magistrados, Homenagens

# Assessoria de Segurança Institucional

A Assessoria de Segurança Institucional atua de forma a realizar e coordenar a segurança das instalações das unidades do Poder Judiciário, além de controlar o acesso, o uso de crachá pessoal de identificação, a entrada de bagagens de todos os usuários da Justiça capixaba. Cabe ao setor, também, garantir a integridade física de magistrados e gerir contratos firmados pelo Tribunal de Justiça na área de Segurança.

Durante o biênio 2012/2013, a Assessoria sofreu alterações estruturais, tendo em vista a reorganização do setor. Sendo reestruturado com uma equipe de pessoal multidisciplinar, formada por servidores com conhecimentos em outras áreas institucionais, a fim de atuarem em conjunto nos projetos.





# Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

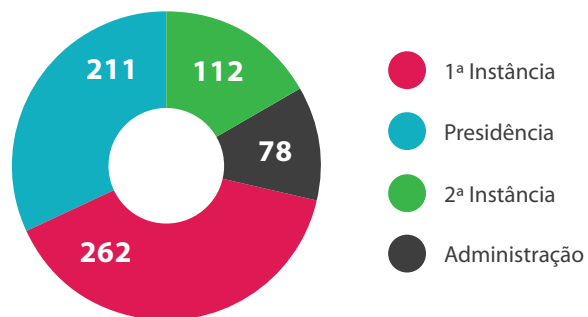
A Assessoria de Imprensa e Comunicação Social do Tribunal de Justiça do Espírito Santo gerencia de forma integrada o relacionamento entre servidores, magistrados, veículos de comunicação e órgãos do Estado.

## PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

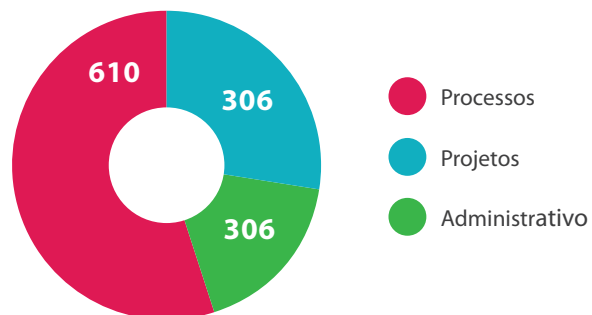
### Atendimento à Imprensa

Veja no gráfico a segmentação de solicitações da imprensa no Biênio 2012 -2013

#### Atendimento à Imprensa - 2013



#### Atendimento à Imprensa - 2012



### Comunicação Institucional: estratégias, diferenciais e tendências

Diversos produtos foram elaborados para fortalecer a comunicação institucional do TJES diante dos desafios propostos.



### Portal TJES

O Portal TJES é um importante canal de comunicação entre o Judiciário capixaba e os seus públicos. Diariamente, são publicadas 7 matérias de relevância jurídico social, cujo objetivo é fornecer aos públicos interno e externo informações sobre o Órgão.



### Quantidade de acessos:

2012 - 1.288.166

2013 - 2.647.687

### Banco de Imagens

Para agregar valor às informações publicadas no Portal TJES, foi desenvolvido um banco de imagens que contém o registro fotográfico de todos os fatos relevantes para o Tribunal de Justiça do Espírito Santo.

## TV Justiça Espírito Santo

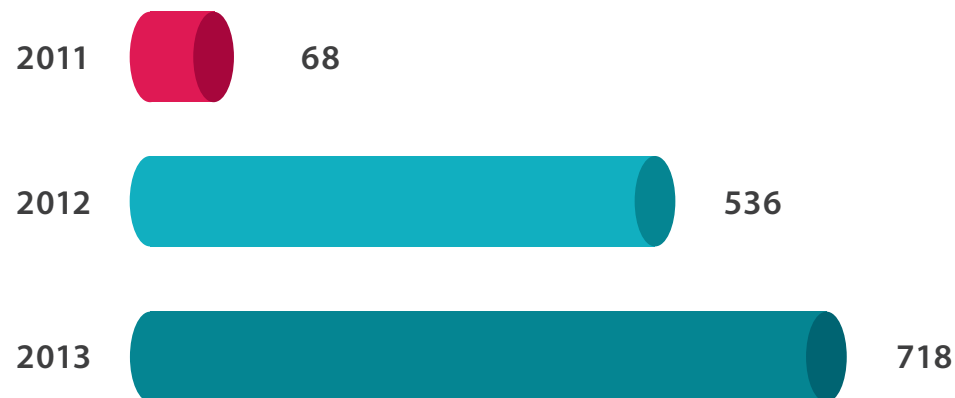


Na gestão Biênio 2012 - 2013, a TV Justiça Espírito Santo assumiu a missão de adequar, de maneira estratégica, o discurso institucional, usando a mídia televisiva e o canal do *You Tube*, como aliadas do Poder Judiciário capixaba.

### TV Justiça Espírito Santo na palma da mão

Os técnicos da área de Comunicação Social desenvolveram um aplicativo "app" para celulares e *tablets* que permite o acesso a todos os produtos da TV Justiça ES.

## Quantidade de produções



Durante o ano de 2011 foi identificado um único tipo de produção. No biênio 2012 - 2013 houve um salto quantitativo relativo a variedade e número de produções.



# Selo Personalizado: “Programa Justiça e Transparência – Autos e Claros”



O Tribunal de Justiça do Espírito Santo ganhou um selo comemorativo em homenagem à gestão Biênio 2012 - 2013. Os trabalhos desenvolvidos durante a administração, pautados, principalmente, na transparência, ditaram a cerimônia de lançamento que marcou a confecção da peça filatélica.

O lançamento do selo personalizado “Programa Justiça e Transparência – Autos e Claros” foi feito no gabinete da Presidência e contou com a participação de magistrados, servidores e da direção dos Correios no Estado. A peça destaca duas imagens distintas separadas pelo picote: do lado esquerdo, a bandeira do Brasil e o ipê amarelo, árvore símbolo do País; do lado direito. A arte mistura a abertura de um processo e a transparência desse ato para a Justiça capixaba.

Essa é a segunda vez na história de 349 anos dos Correios que a Justiça capixaba recebe um selo comemorativo. A primeira vez aconteceu no Biênio

2006/2007. O selo personalizado é uma emissão temática da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, que registra fatos, datas, eventos de destaque e homenageia personalidades e instituições, em âmbito local, nacional e internacional.

---

*“É um marco histórico para a Justiça no Espírito Santo, que vem se transformando e passando por uma mudança estrutural. Esse selo vem, justamente, registrar o momento e divulgar a Justiça capixaba para todo o mundo.”*

*Diretor Regional dos Correios, Rafael Carpanedo Fiório*

---



# Expediente

## COORDENAÇÃO

### **Chefia de Gabinete da Presidência**

Bruno Alves de Souza Toledo

Katharine Maia Santos

## PRODUÇÃO

### **Assessoria de Imprensa e Comunicação Social**

#### **Edição**

Ana Paula Garcia

Thalita Maia Badke

#### **Textos**

Bruna Laranja

Elimar Cortes

Fabiana Tessinari

José Caldas

#### **Revisão**

Elza Silva

Ravane Denadai

#### **Projeto Gráfico**

Vinicius Marins Borges

#### **Editoração/Arte Final**

Thiago Figueredo Lopes

Raphael Vasconcellos

Vinicius Marins Borges

#### **Imagens**

Antônio Cosme

Cesar Inacio Nunes

Gabriela Zamprogno

Tais Valle

Valter Monteiro

#### **Estagiárias**

Jéssica Santos

Sara Natividade

Impressão

**Gráfica do Tribunal de Justiça do Espírito Santo**



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça do Estado  
do Espírito Santo

[www.tjes.jus.br](http://www.tjes.jus.br)